



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

RELATÓRIO

Circunstanciado de Gestão

2017

Defensoria Pública do Estado do Maranhão



ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
BIÊNIO 2016-2017

WERTHER DE MORAES LIMA JÚNIOR
Defensor Público Geral do Estado

EMANUEL PEREIRA ACCIOLY
Subdefensor Público Geral do Estado

ANTONIO PETERSON BARROS REGO LEAL
Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado

CONSELHO SUPERIOR
BIÊNIO 2016-2017

WERTHER DE MORAES LIMA JUNIOR

EMANUEL PEREIRA ACCIOLY

ANTONIO PETERSON BARROS RÊGO LEAL

EMANUEL PEREIRA ACCIOLY

LUCIO LINS SIQUEIRA RAMOS

GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES

ALBERTO PESSOA BASTOS

LUIS OTAVIO RODRIGUES DE MORAES FILHO

DAVI RAFAEL SILVA VERAS

JEAN CARLOS NUNES PEREIRA

MURILO CARVALHO P.GUAZZELLI

BRUNO DIXON DE ALMEIDA MACIEL

REYNALDO MENDES DE CARVALHO FILHO

COSMO SOBRAL DA SILVA



Sumário

APRESENTAÇÃO	4
MISSÃO ORGANIZACIONAL	5
QUADRO DE PESSOAL.....	5
ORGANOGRAMA	6
RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES.....	6
PLANO DE TRABALHO	7
INTERIORIZAÇÃO DA DEFENSORIA NO ESTADO	11
ORÇAMENTO	13
CONTROLE INTERNO.....	17
ORIENTAÇÃO JURÍDICA.....	22
COMUNICAÇÃO	22
GESTÃO DA ATIVIDADE MEIO.....	24
GESTÃO ADMINISTRATIVA	25
SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES	29
MATERIAL E PATRIMÔNIO.....	34
APOIO AOS NÚCLEOS	41
PROGRAMA DE ESTÁGIO	45
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	46
ATIVIDADES FINALÍSTICAS	48
CENTRO INTEGRADO DE APOIO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA – CIAPVI.....	48
CENTRO INTEGRADO DE APOIO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	50
NÚCLEO PSICOSSOCIAL.....	53
ATENDIMENTO JURÍDICO GRATUITO	54
INDICADORES DE GESTÃO	57
MEDIDAS ADOTADAS PARA O RETORNO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO ÓRGÃO, SE EXCEDENTE, AO RESPECTIVO LIMITE, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 23 DA LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 (LRF).....	58
DILIGÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.....	59



APRESENTAÇÃO

O relatório circunstanciado de gestão relativo ao ano de 2017, apresenta uma síntese do conjunto de esforços empreendidos pela Administração Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, em prol dos cidadãos, principalmente os hipossuficientes e aqueles estão em situação de vulnerabilidade, de modo a concretizar o direito fundamental de acesso à Justiça e do processo de efetivação de direitos dos cidadãos, contribuindo, com presteza e eficiência, para a construção de um efetivo Estado Democrático de Direito.

Aqui estão elencadas ações que têm por objetivos, fundamentalmente, a busca pela excelência no atendimento à população, como efetivo instrumento de transformação social e combate das desigualdades; o fortalecimento e a ampliação presença institucional no Estado, de sorte que possa facilitar cada vez mais o acesso aos serviços oferecidos; o compromisso com a gestão pública, de maneira que a nossa atuação e projetos sejam mensurados e divulgados com a maior transparência ao nosso maior credor, a sociedade.

Desde já se destaca que todas as conquistas e avanços alcançados somente foram possíveis, por meio do trabalho incansável dos defensores públicos e servidores, que têm comprovado a importância da Defensoria Pública maranhense para a vida de inúmeras pessoas necessitadas, garantindo respeito aos seus direitos, nas mais diversas áreas de atuação.

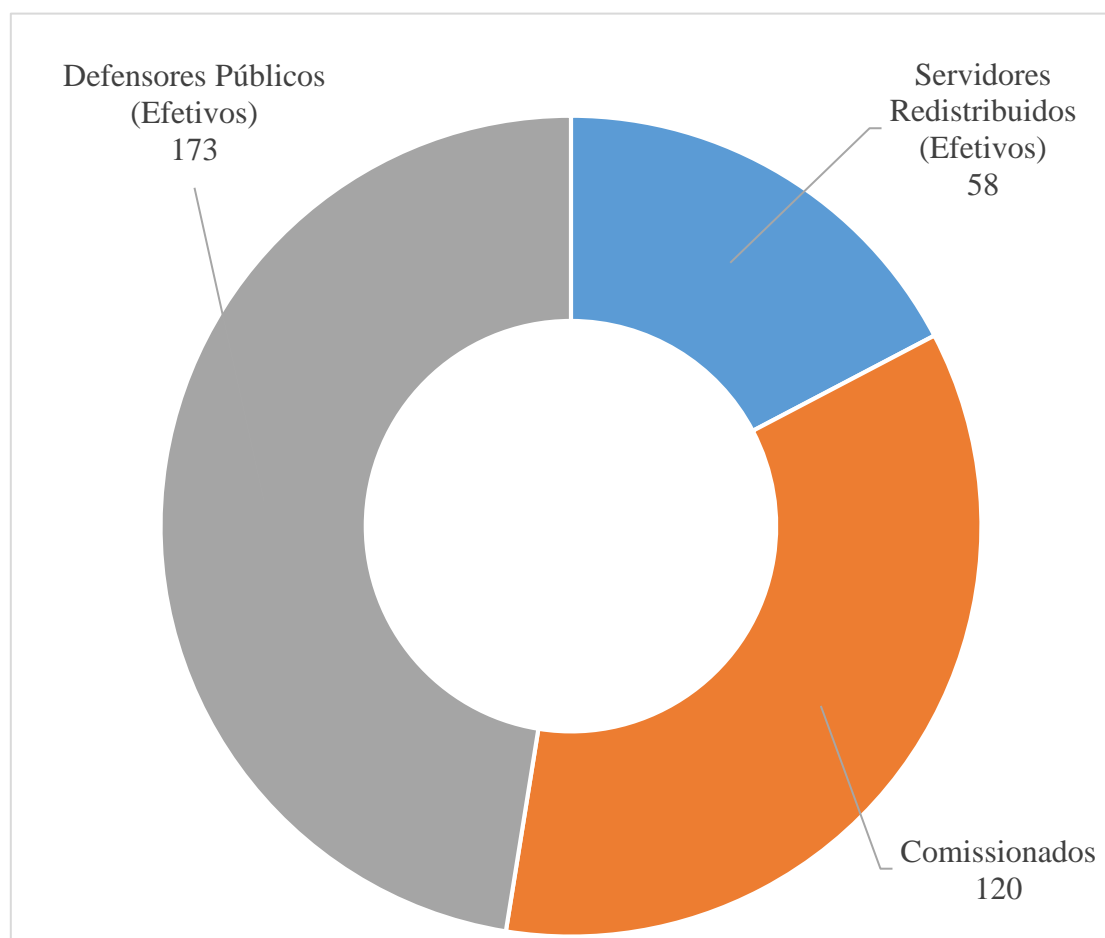
Sabe-se que ainda há muito a fazer, mas é inegável que ao longo desses 17 anos de existência da Defensoria Pública no Maranhão, cada Gestão Superior, membro e servidor que passou, contribuiu e assumiu o compromisso em fazer o melhor. Assim é nosso dever e responsabilidade de continuar esse legado e já não basta sermos os melhores, temos que ser excelentes pois o povo do nosso Maranhão merece.



MISSÃO ORGANIZACIONAL

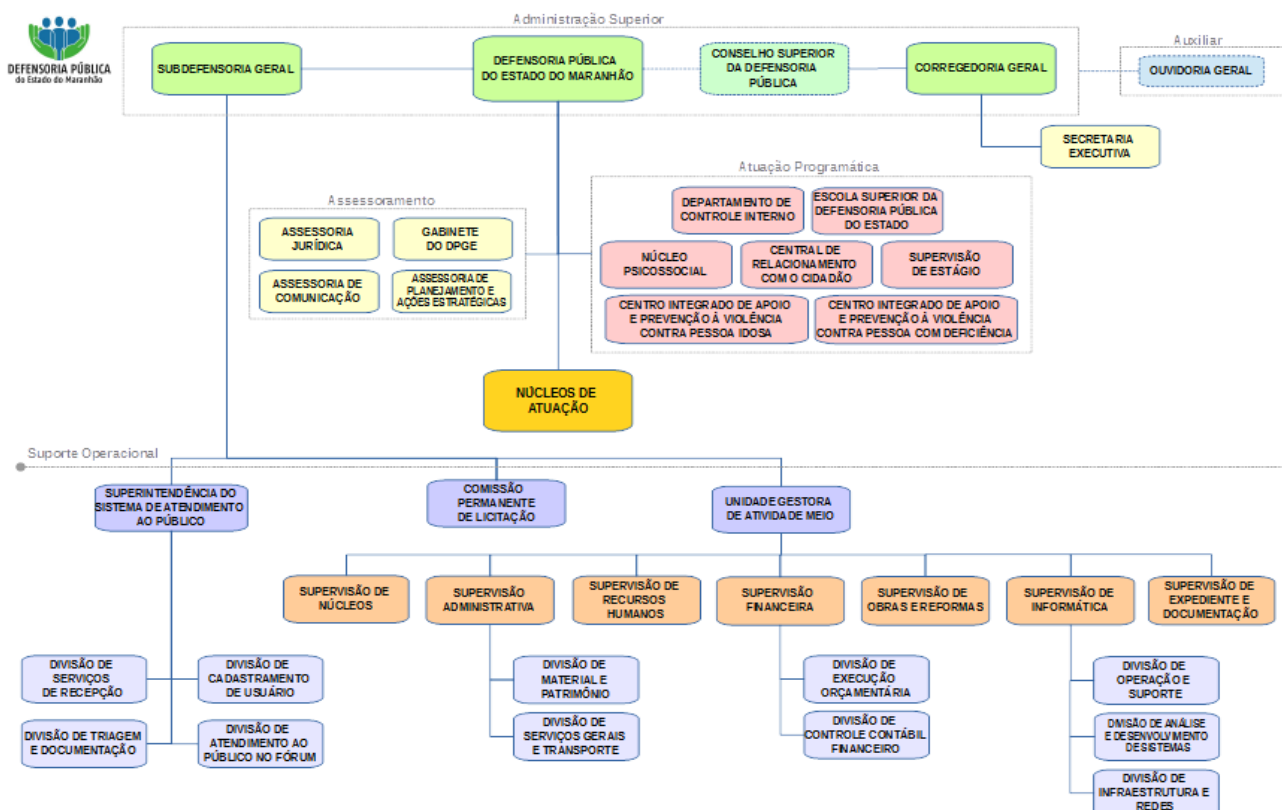
“Garantir assistência judicial e extrajudicial, integral e gratuita, judicial extrajudicial, a quem não puder contratar um advogado particular, prestando-lhe orientação e defesa em todos os graus e instâncias, de modo coletivo ou individual, priorizando o acordo voluntário dos conflitos de interesses entre as partes envolvidas no litígio.”

QUADRO DE PESSOAL





ORGANOGRAMA



RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES

WERTHER DE MORAES LIMA JÚNIOR

Cargo/ Função: Defensor Público-Geral do Estado

CPF n.º. 293.027.903-63

R.G.: 529.582 SSP/MA

Endereço Residencial: Estrada da Pimenta, 580, Condomínio Bosque de Allah, Casa n.º 09, Olho D'Água – São Luís/MA – CEP: 65.065-350

Fones: (98) 3221-1343 ramal: 248

EMANUEL PEREIRA ACCIOLY

Cargo/ Função: Subdefensor Público Geral do Estado

CPF n.º. 639.048.963-34

R.G.: 94002000936 SSP/CE

Endereço Residencial: Rua Netuno, 20, Qd. 25, Apto. 901, Ed. Madri, Renascença II – São Luís/MA – CEP: 65.075-665

Fones: (98) 3221-1343 ramal: 250



PLANO DE TRABALHO

A partir da Constituição Federal de 1988, a assistência jurídica passou a receber o tratamento de política social. Ao Estado compete prestar, através da Defensoria Pública, de maneira integral e gratuita, assistência jurídica aos que comprovarem insuficiência de recursos. Dentre os objetivos institucionais da Defensoria Pública está a redução das desigualdades sociais.

Em virtude das distorções estruturais do Estado brasileiro, as Defensorias Públicas têm ocupado papel fundamental na construção do processo democrático em nosso país. A compreensão do papel das Defensorias Públicas, na consolidação da democracia têm sido especialmente informadas pelas múltiplas variáveis do fenômeno da carência, que não mais se limita ao aspecto financeiro, compreendendo toda situação de vulnerabilidade social.

Ao Defensor Público incumbe “promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais (...)”. (LCF 80/94, art. 4º, XI).

Ao proporcionar acesso à Justiça a inúmeros cidadãos que não dispõem de recursos para contratar um advogado, as Defensorias Públicas revelam-se poderosos mecanismos de efetivação de direitos e garantias fundamentais. Através da utilização de formas alternativas de resolução de conflitos (mediação e conciliação), e de ações de natureza pedagógica voltadas à educação para a cidadania, exercem os Defensores Públicos papel de agentes políticos de transformação social. São objetivos da Defensoria Pública:

- I. A primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;
- II. A afirmação do Estado Democrático de Direito;
- III. A prevalência e efetividade dos direitos humanos; e
- IV. A garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório (Lei Complementar Federal nº 80/94, art. 3º-A).

As estatísticas demonstram, ano a ano, uma demanda cada vez mais ascendente, proporcional ao nível de informações que a população dispõe sobre os serviços oferecidos pela DPE.

Cada atuação desenvolvida guarda relação direta com as finalidades do órgão. À Instituição impôs-se, dentro do sistema de justiça, o desafio de fazer cumprir os compromissos sociais da República Federativa do Brasil.



Ao patrocinar a defesa pública de mulheres vítimas de violência, crianças, adolescentes, minorias sexuais, étnicas e raciais, a Instituição cumpre o seu papel de dar prevalência e efetividade aos direitos humanos. Ao garantir a proteção jurídica e social de cidadãos sem moradia, a Defensoria Pública contribui para a consolidação do Estado Democrático de Direito, para a primazia da dignidade humana e para a redução das desigualdades sociais.

Ao promover a defesa técnica de cidadãos encarcerados e tantos outros grupos excluídos do processo social, a Defensoria garante a realização dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Além da tradicional atuação desenvolvida pelos Defensores Públicos nas Varas de Família e nas Varas Criminais, que correspondem a aproximadamente 80% (oitenta por cento) dos processos em tramitação, a Instituição vem apresentando também atuação destacada na prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa, na regularização de registros civis, em demandas de saúde, em conflitos fundiários e em questões cíveis em geral.

A partir de 2004, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, as Defensorias Estaduais passam a gozar de autonomia funcional, administrativa e orçamentária, nos termos do §2º do art. 134 da Constituição Federal.

Outro avanço agora em 2014, foi a promulgação da Emenda Constitucional 80 que fixou prazo de oito anos para que a União, os Estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de defensores públicos, atendendo prioritariamente as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

No Maranhão, mais precisamente em 2009, a Constituição Estadual foi alterada e passou a reproduzir a regra constitucional da autonomia, conferida pela Carta Federal. Em 2010, a Instituição foi contemplada, pela primeira vez, na LDO 2011, com índice orçamentário próprio para o pagamento de despesas de pessoal, nos termos assegurados pela lei de responsabilidade fiscal. Em 2011, o dispositivo legal foi reproduzido na LDO 2012, o mesmo ocorrendo nos anos seguintes.

Cabe lembrar que a Defensoria do Maranhão foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 19/94 e implementada somente no ano de 2001, com a nomeação de 40 (quarenta) Defensores Públicos de Carreira. Nos anos seguintes a Defensoria do Maranhão passou por um grave processo de sucateamento. O modelo público de assistência jurídica, a cargo da Instituição, não recebeu dos Governos a atenção devida. O resultado foi a gradativa evasão de Defensores Públicos para outras carreiras jurídicas mais estruturadas. Até 2009, o número de Defensores praticamente não se alterou,



desde a nomeação dos primeiros membros da Carreira, ocorrido em 2001. Em 2009, após a realização de 03 concursos públicos (2000, 2003 e 2008), a Instituição contava com somente 44 (quarenta e quatro) defensores.

Dados oficiais do Ministério da Justiça, em 2009, apontavam o Maranhão com a pior cobertura territorial dos serviços da Defensoria Pública. Eram atendidas apenas 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento) das Comarcas.

O Maranhão também possuía a pior relação Defensor/habitante, na proporção de 1 (um) para 104 (cento e quatro) mil. (Fonte: III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, 2009, Ministério da Justiça).

O ainda reduzido número de membros não impediu a Defensoria de cumprir seus objetivos institucionais. O programa de atuação desenvolvido pelo órgão volta-se à promoção do acesso à justiça, considerado um direito fundamental e uma ferramenta poderosa no sentido de combater a pobreza, prevenir conflitos e fortalecer a democracia.

Fruto do crescimento institucional ocorrido nos últimos anos, a Defensoria do Maranhão investiu na política de interiorização. Até 2010, após nove anos de existência da Defensoria no Maranhão, atendia apenas 06 (seis) das 112 (cento e doze) comarcas, o que correspondia a somente 11 (onze) dos 217 municípios maranhenses. Nos últimos sete anos, foram inaugurados núcleos em 39 (trinta e nove) comarcas, atendendo, até 2017, a 85 (oitenta e cinco) municípios. No ano de 2017 foram inauguradas unidades da DPE em de Presidente Dutra e Balsas, assim, somando-se aos núcleos já existentes em Açailândia, Alcântara, Arari, Bacabal, Bom Jardim, Buriticupu, Carolina, Caxias, Cedral, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Esperantinópolis, Humberto de Campos, Icatu, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Lago da Pedra, Matões, Paço do Lumiar, Pastos Bons, Pedreiras, Pinheiro, Raposa, Rosário, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, Santa Rita, São José de Ribamar, São Luís, Timon, Vargem Grande, Viana e Zé Doca.

Nos últimos sete anos, houve um aumento de 393,19% no número de defensores públicos no Estado. Elevamos de 44 para 173 o número de profissionais. Conforme aduzido, segundo o III Diagnóstico Defensoria Pública no Brasil, lançado em 2015 pelo próprio Ministério da Justiça, a proporção era de 1 defensor para cada 104.978 habitantes, a pior do país à época. Os dados do IBGE acusam que a população estimada do Maranhão em 2017 foi de 7.000.229 pessoas. Diante desse quadro conseguimos atingir a proporção de 2,47 defensor para cada 100 mil habitantes.



Vale destacar que no comparativo entre os anos de 2016 e 2017 a cobertura geográfica das comarcas cresceu apenas 1,79%, passando de 33,03% para 34,82%. As altas custas judiciais praticadas no Maranhão, o elevado valor dos honorários advocatícios e considerando, sobretudo, que segundo o IBGE/PNAD (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), 57,72% da população maranhense recebe até 3 salários-mínimos, faixa de renda dos usuários da Defensoria, mais da metade dos cidadãos maranhenses precisa, precisou ou pode vir a precisar dos serviços de assistência jurídica gratuita prestados pela Instituição, isso significa dizer que nos locais onde não há núcleo da Defensoria Pública, o que corresponde atualmente a 65,18% das comarcas, a Justiça acaba sendo inacessível. Sabemos, contudo, que a mudança de paradigma, no que se refere às possibilidades do indivíduo carente submeter suas demandas à esfera de apreciação jurídica do próprio Estado, é um processo que, como tal, precisa continuar avançando.

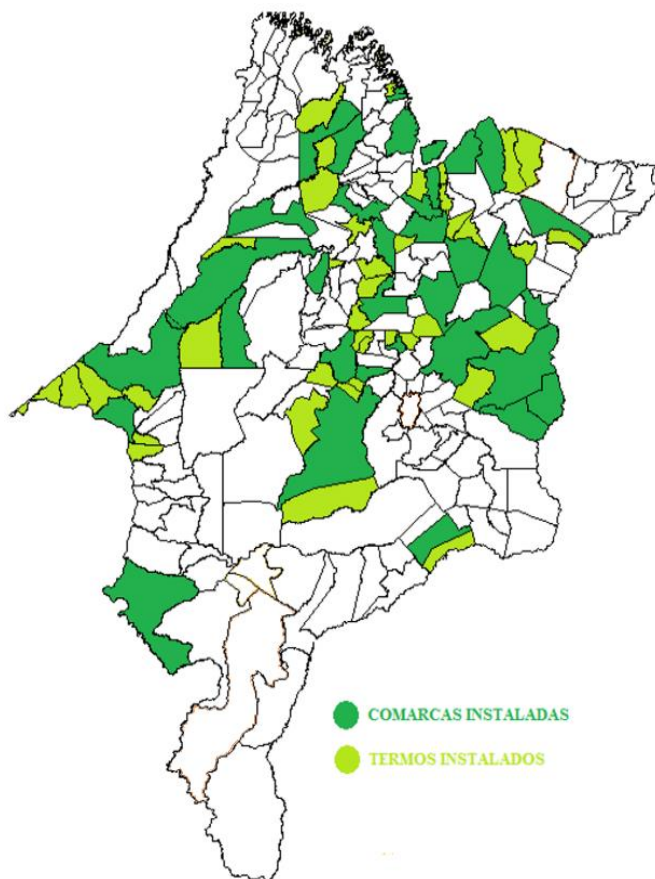
Ao longo de todo seu processo histórico, a Defensoria Pública conquistou autonomia administrativa, financeira e orçamentária e, acerca desse último, tem sido mais desafiador pelo cenário político-econômico do país e conseqüentemente do Estado, o que acabou por limitar algumas das nossas ações e impactou diretamente em alguns resultados, como demonstraremos a seguir.

Por todo o exposto, sabe-se que ainda há muito por se fazer, várias são as necessidades e, somente com uma gestão comprometida, responsável em suas decisões, estratégica quanto as suas prioridades e focada na geração de valores para o cidadão e toda a sociedade, consegue-se avançar nos processos internos e melhorar continuamente os resultados.

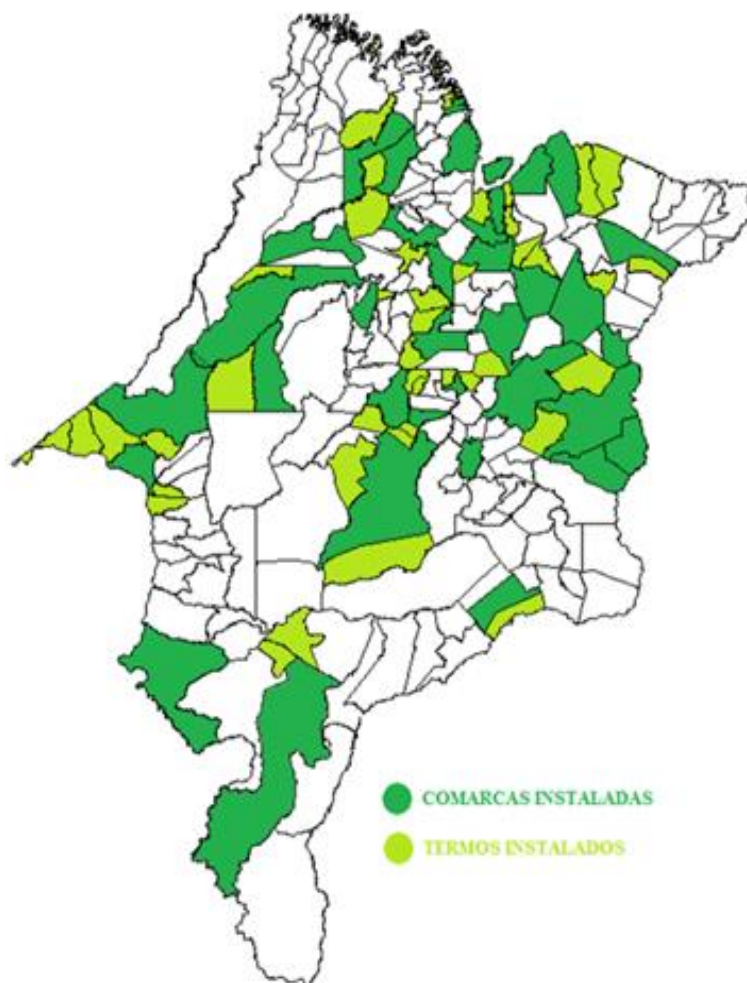


INTERIORIZAÇÃO DA DEFENSORIA NO ESTADO

COMARCAS E TERMOS EM 2016



COMARCAS E TERMOS EM 2017





COMARCAS IMPLANTADAS	TERMOS JUDICIAIS	COMARCAS IMPLANTADAS	TERMOS JUDICIAIS
1. AÇAILANDIA	1.1 Cidelândia 1.2 São Francisco do Brejo	23. PAÇO DO LUMIAR	-
2. ALCÂNTARA	-	24. PASTOS BONS	24.1 Nova Iorque
3. ARARI	-	25. PEDREIRAS	25.1 Lima Campos 25.2 Trizidela do Vale
4. BACABAL	4.1 Bom Lugar 4.2 Conceição do Lago Açu 4.3 Lago Verde	26. PINHEIRO	26.1 Pedro do Rosário 26.2 Presidente Sarney
5. BARRA DO CORDA	5.1 Jenipapo dos Vieiras 5.2 Fernando Falcão	27. PRESIDENTE DUTRA	-
6. BALSAS	6.1 Nova Colinas 6.2 Fortaleza dos Nogueiras	28. RAPOSA	-
7. BOM JARDIM	7.1 São João do Caru	29. ROSÁRIO	29.1 Bacabeira
8. BURITICUPU	8.1 Bom Jesus das Selvas	30. SANTA HELENA	30.1 Turilândia
9. CAROLINA	-	31. SANTA INÊS	31.1 Bela Vista do Maranhão
10. CAXIAS	10.1 São José do Sóter 10.2 Aldeias Altas	32. SANTA QUITÉRIA	32.1 Milagres do Maranhão
11. CEDRAL	11.1 Porto Rico do Maranhão	33. SANTA RITA	-
12. CHAPADINHA	12.1 Mata Roma	34. SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	-
13. CODÓ	-	35. SÃO LUÍS	-
14. COELHO NETO	-	36. TIMON	-
15. COROATÁ	15.1 Peritoró	37. VARGEM GRANDE	37.1 Nina Rodrigues 37.2 Presidente Vargas
16. ESPERANTINÓPOLIS	16.1 São Roberto 16.2 São Raimundo Doca Bezerra	38. VIANA	38.1 Cajari
17. HUMBERTO DE CAMPOS	17.1 Primeira Cruz 17.2 Santo Amaro do Maranhão	39. ZÉ DOCA	-
18. ICATU	18.1 Axixá 18.2 Presidente Juscelino		
19. IMPERATRIZ	19.1 Davinópolis 19.2 Governador Edson Lobão 19.3 Vila Nova dos Martírios 19.4 São Pedro da Água Branca		
20. ITAPECURU MIRIM	20.1 Miranda do Norte		
21. LAGO DA PEDRA	21.1 Lago do Junco 21.2 Lago dos Rodrigues 21.3 Lagoa Grande do Maranhão		
22. MATÕES	-		



ORÇAMENTO

A Defensoria Pública vem buscando, sistematicamente, a expansão de suas atividades, para alcançar o maior número de Comarcas, com o fito de democratizar o acesso à justiça, direito fundamental consagrado na Constituição Federal, bem como dar cumprimento ao comando disposto na Emenda Constitucional nº. 80/2014.

Entretanto, não se pode olvidar que o crescimento institucional deve ser acompanhado das respectivas fontes de custeio, que devem ser sustentáveis, a fim de permitir o avanço paulatino e evitar retrocessos.

Nesse sentido, foi apresentado à Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAN, uma proposta orçamentária que buscou englobar, como dito, preservação da estrutura atual, evitando prejuízos ao crescimento conquistado e sem perder de vista o necessário progresso e ampliação da assistência jurídica gratuita no Estado do Maranhão, por meio de órgão próprio, estabelecido pelo constituinte como função permanente e essencial a função jurisdicional: a Defensoria Pública.

O quadro a seguir traz um resumo da proposta de orçamento para o exercício de 2017 enviada a SEPLAN, referente à manutenção da Defensoria Pública do Estado do Maranhão e a continuidade de seu processo de interiorização, contemplando a **implantação de 15 (quinze) novos** Núcleos no interior do Estado, tudo dentro dos parâmetros definidos pela EC 80/14.



ORÇAMENTO SOLICITADO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA	IMPLANTSNUL	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS	R\$ 3.659.337,76	R\$ 3.115.083,53
		SUBTOTAL		R\$ 3.659.337,76	R\$ 3.115.083,53
		(A) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 6.774.421,29	
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	MANUTENÇÃO DE NÚCLEO	MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA	R\$ 16.770.721,14	R\$ 200.000,00
		MANUTENÇÃO DE NÚCLEO	MANUTENÇÃO DE NÚCLEO	R\$ 11.041.440,04	R\$ 223.944,25
		SUBTOTAL		R\$ 11.041.440,04	R\$ 223.944,25
(B) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 28.236.105,43			
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	PESSOAL	
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	PESSOAL	DESPESA COM PESSOAL	R\$ 100.137.401,13	
		SUBTOTAL PESSOAL		R\$ 100.137.401,13	
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	ENCARGOS	
APOIO ADMINISTRATIVO	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL E AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA	FEP/ PREVIDENCIA	FUNDO DE PENSÃO E APOSENTADORIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 13.649.734,26	
		SUBTOTAL ENCARGOS		R\$ 13.649.734,26	
		(D) TOTAL PESSOAL + ENCARGOS		R\$ 113.787.135,39	
Total Orçamento solicitado para 2017				R\$ 148.797.662,11	

O próximo quadro é um resumo do orçamento aprovado pelo Executivo para o exercício de 2017. É importante frisar que apesar de ter sido aprovado, o financiamento do BNDES não foi repassado porque o Estado não conseguiu concluir a negociação com o Banco.



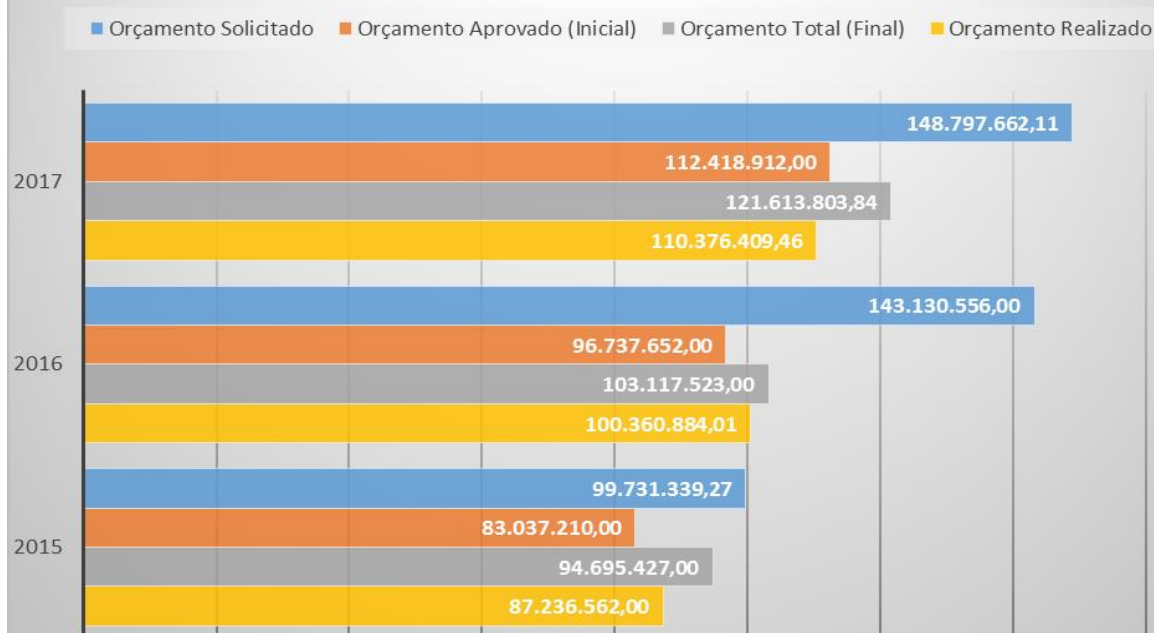
ORÇAMENTO APROVADO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA	IMPLANTSNUL	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS	R\$ 50.001,00	R\$ 0,00
		SUBTOTAL		R\$ 50.001,00	R\$ 0,00
		(A) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 50.001,00	
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	AUXALIMENTO	AUXILIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 2.599.800,00	R\$ 0,00
		AUXTRANSP	AUXILIO TRANSPORTE	R\$ 294.000,00	R\$ 0,00
		MANUTENÇÃO	MANUTENÇÃO	R\$ 14.484.776,00	R\$ 0,00
		SUBTOTAL		R\$ 17.378.576,00	R\$ 0,00
(B) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 17.378.576,00			
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	BNDES	FINANCIAMENTO BNDES	R\$ 8.295.944,00	R\$ 0,00
		BNDES	FINANCIAMENTO BNDES (CONTRAPARTIDA)	R\$ 980.000,00	R\$ 0,00
		SUBTOTAL		R\$ 9.275.944,00	R\$ 0,00
(C) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 9.275.944,00			
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	PESSOAL	
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	PESSOAL	DESPESA COM PESSOAL	R\$ 75.347.881,00	
		SUBTOTAL PESSOAL		R\$ 75.347.881,00	
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	ENCARGOS	
APOIO ADMINISTRATIVO	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	FEPA	FUNDO DE PENSÃO E APOSENTADORIA	R\$ 9.195.320,00	
		PREVIDENCIA	PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.171.190,00	
	SUBTOTAL ENCARGOS		R\$ 10.366.510,00		
(D) TOTAL PESSOAL + ENCARGOS		R\$ 85.714.391,00			
Orçamento Aprovado para 2017, CONSIDERANDO o Financiamento BNDES (A+B+C+D)				R\$ 112.418.912,00	
Orçamento Aprovado para 2017, DESCONSIDERANDO o Financiamento BNDES (A+B+D)				R\$ 103.142.968,00	

Os gráficos seguintes mostram a série histórica de evolução do orçamento e sua execução pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

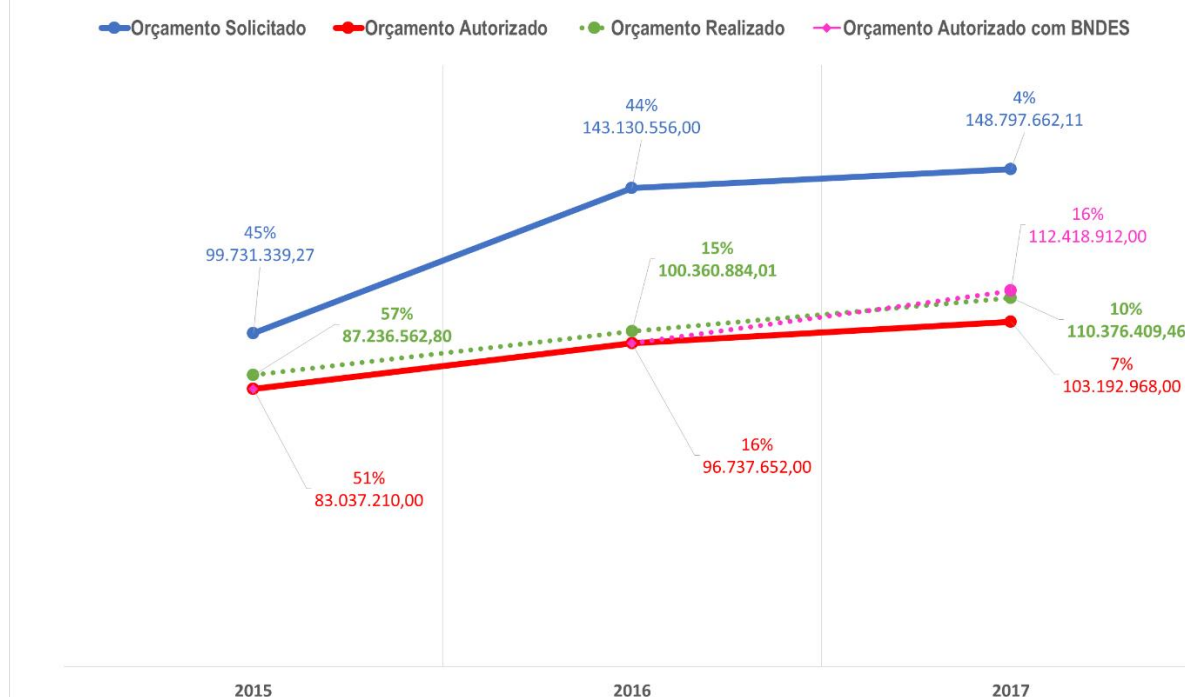


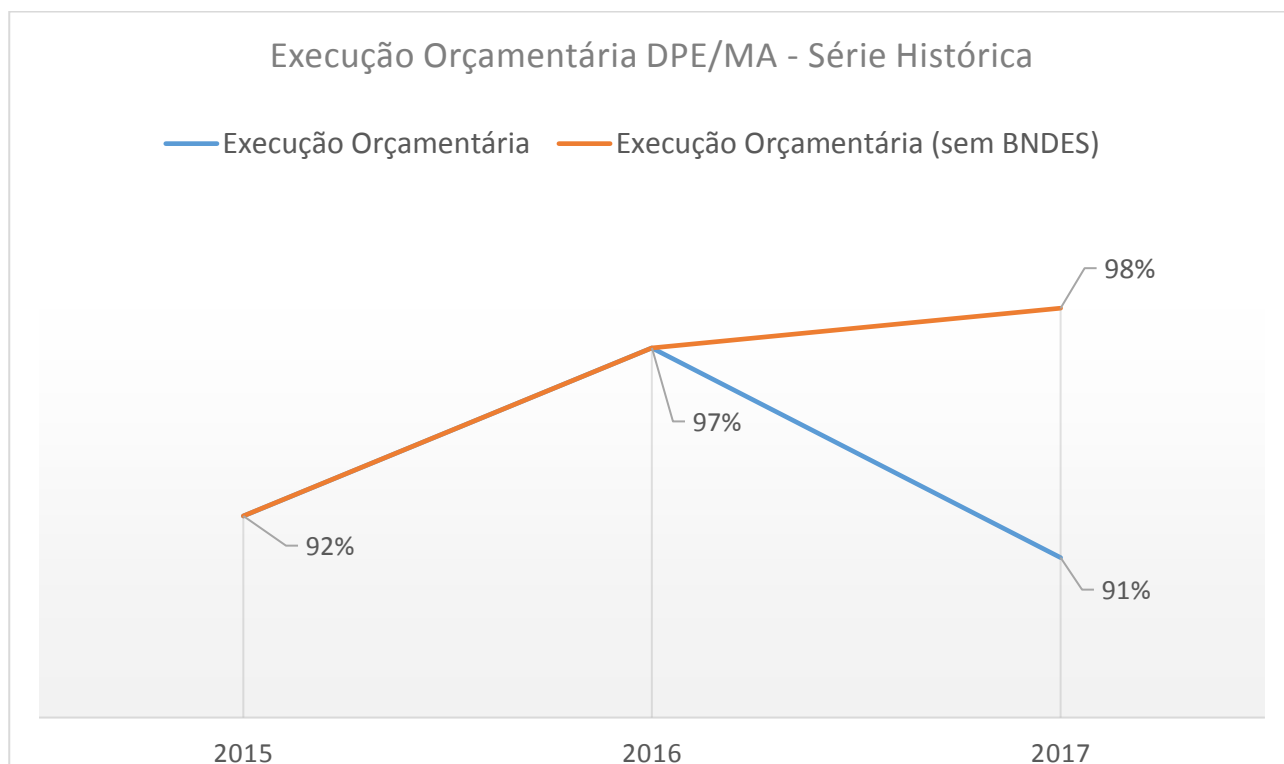
Orçamento DPE/MA - Série Histórica



Nota: O valor do Orçamento Aprovado em 2017 está considerando o financiamento do BNDES (R\$ 9.275.944,00)

Situação orçamentária da DPE/MA - Série Histórica





CONTROLE INTERNO

Em 2017, dando continuidade ao modelo implantado no ano de 2015, o Departamento de Controle Interno procedeu análise técnica prévia dos procedimentos administrativos a seu cargo, resguardando a Administração Superior para tomada de decisões, emitindo manifestações sobre os mais variados objetos, tais como:

- ✓ Prestação de Contas anual exercício 2016;
- ✓ Prestação de Contas dos recursos recebidos a título de Adiantamento;
- ✓ Abono permanência;
- ✓ Aditivos de prazos;
- ✓ Aditivos de acréscimos de objeto;
- ✓ Aditivos de reajustes contratuais;
- ✓ Empenho de despesas;
- ✓ Pagamentos a fornecedores;



- ✓ Locação de imóveis;
- ✓ Licitação;
- ✓ Dispensa;
- ✓ Inexigibilidade;
- ✓ Adesão a SRP;
- ✓ Estagiário;
- ✓ Solicitação de pagamento de substituições de membros; entre outros.

No aspecto quantitativo, foram emitidos 761 (setecentos e sessenta e uma) manifestações durante o exercício de 2017, conforme podemos observar na tabela a seguir:

ASSUNTO	TRIMESTRE				TOTAL
	1º	2º	3º	4º	
Solicitação de Empenhos	98	3	0	2	103
Pagamento de Fornecedores	25	28	27	28	108
Prestação de Contas de Adiantamentos	0	17	9	18	44
Abono Permanência	4	17	0	3	24
Diferença Salarial	2	0	0	0	2
Pessoal a Disposição	0	0	1	0	1
Contratação de Pessoal Temp.	0	0	0	2	2
Substituição de Pessoal	2	0	1	0	3
Estagiários	54	51	77	74	256
Dispensa de Licitação	2	5	5	7	19
Inexigibilidade de Licitação	6	3	4	2	15
Pregão	15	26	18	5	64
Ata Registro de Preços	1	3	3	11	18
Adesão a ARP	1	2	5	2	10
Locação de Imóvel	6	2	0	2	10
Aditivo Contratual	32	22	13	13	80
Celebração de Convênios	0	0	1	1	2
TOTAL	248	179	164	170	761

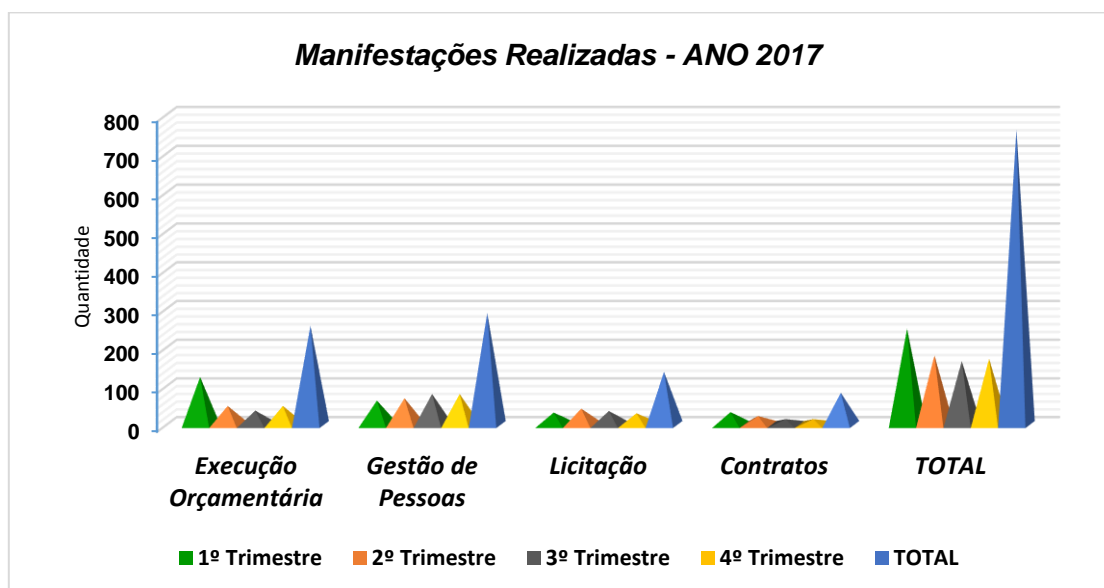


A tabela acima fornece uma ideia mais ampla a respeito das manifestações ao longo do exercício de 2017. As quais estão distribuídas em grupos como Execução Orçamentaria, Gestão de Pessoas, Licitação e Contratos, conforme tabela abaixo:

ASSUNTO	TRIMESTRE				TOTAL
	1º	2º	3º	4º	
Execução Orçamentária	123	48	36	48	255
Gestão de Pessoas	62	68	79	79	288
Licitação	31	41	35	29	136
Contratos	32	22	14	14	82
TOTAL	248	179	164	170	761

Os resultados demonstrados acima são representados conforme gráficos 01 e 02:

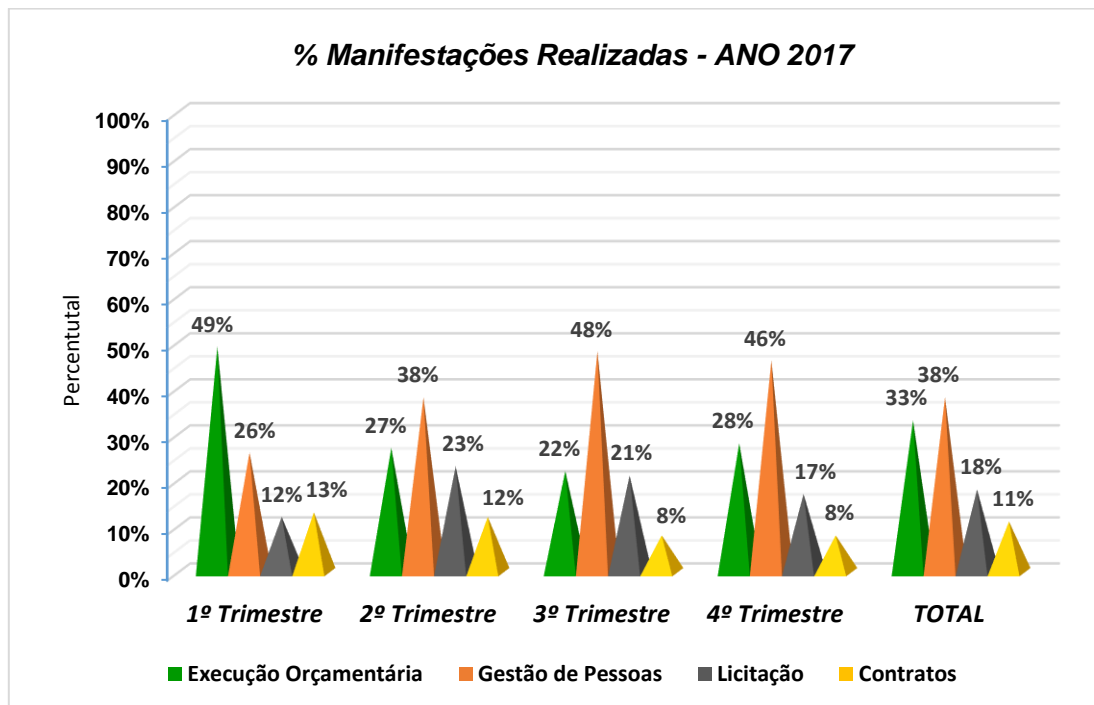
Gráfico 01: Ilustração de Manifestações, discriminados por grupo e divididos por trimestre relativo ao ano de 2017



Fonte: Departamento de Controle Interno



Gráfico 02: Percentual de Manifestações, discriminados por grupo e divididos por trimestre relativo ao ano de 2017



Fonte: Departamento de Controle Interno

Detalhando as manifestações cujo objeto foram processos administrativos relativos a **Execução Orçamentária**, tivemos:

ASSUNTO	TRIMESTRE				TOTAL
	1º	2º	3º	4º	
Solicitação de Empenhos	98	3	0	2	103
Pagamento de Fornecedores	25	28	27	28	108
Prestação de Contas de Adiantamento	0	17	9	18	44
TOTAL	123	48	36	48	255

Detalhando as manifestações cujo objeto foram processos administrativos relativos a **Gestão de Pessoas**, tivemos:

ASSUNTO	TRIMESTRE				TOTAL
	1º	2º	3º	4º	
Abono Permanência	4	17	0	3	24
Diferença Salarial	2	0	0	0	2



Pessoal a Disposição	0	0	1	0	1
Contratação de Pessoal Temporária	0	0	0	2	2
Substituição de Pessoal	2	0	1	0	3
Estagiários	54	51	77	74	256
TOTAL	62	68	79	79	288

A respeito dos processos administrativos relativos à **Licitação**, as análises foram assim distribuídas:

ASSUNTO	TRIMESTRE				TOTAL
	1º	2º	3º	4º	
Dispensa de Licitação	2	5	5	7	19
Inexigibilidade de Licitação	6	3	4	2	15
Pregão	15	26	18	5	64
Ata Registro de Preços	1	3	3	11	18
Adesão a ARP	1	2	5	2	10
Locação de Imóvel	6	2	0	2	10
TOTAL	31	41	35	29	136

Quanto às manifestações relativas a Contratos, Aditivos e Convênios, as análises foram assim distribuídas:

ASSUNTO	TRIMESTRE				TOTAL
	1º	2º	3º	4º	
Aditivo Contratual	32	22	13	13	80
Celebração de Convênios	0	0	1	1	2
TOTAL	32	22	14	14	82

OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades elencadas acima, coube a este Departamento:

- ❖ Emissão do Relatório de análise da Prestação de Contas do exercício, encaminhado ao TCE;
- ❖ Elaboração, publicação no Diário Oficial do Estado e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (SICONF), quadrimestralmente, os Relatórios de Gestão Fiscal, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- ❖ Atualização e acompanhamento diário do Portal da Transparência da instituição;



- ❖ Participação nas reuniões mensais de Aprimoramento da Gestão; e
- ❖ Orientação aos diversos setores da instituição.

ORIENTAÇÃO JURÍDICA

Além das atividades rotineiras, a Assessoria Jurídica, desde 2016, vem atuando de modo preventivo a fim de diminuir o custo e o tempo de permanência dos processos administrativos no setor. Assim pautou a atuação na análise de processos administrativos enfatizando as minutas de Editais para Licitação, na apreciação de Contratos, na elaboração de Aditivos e no Termos de Compromisso de Estágio com a finalidade identificar as maiores incidências de não conformidade para auxiliar os solicitantes dos serviços/produtos na elaboração de suas minutas e suas instruções.

Com relação as minutas de Editais e/ou seus anexos, e de Contrato, no comparativo dos anos, retornaram para correção relevante ou alteração significativa, 08 processos em 2016 para apenas 04 em 2017 (Melhoria em 50%).

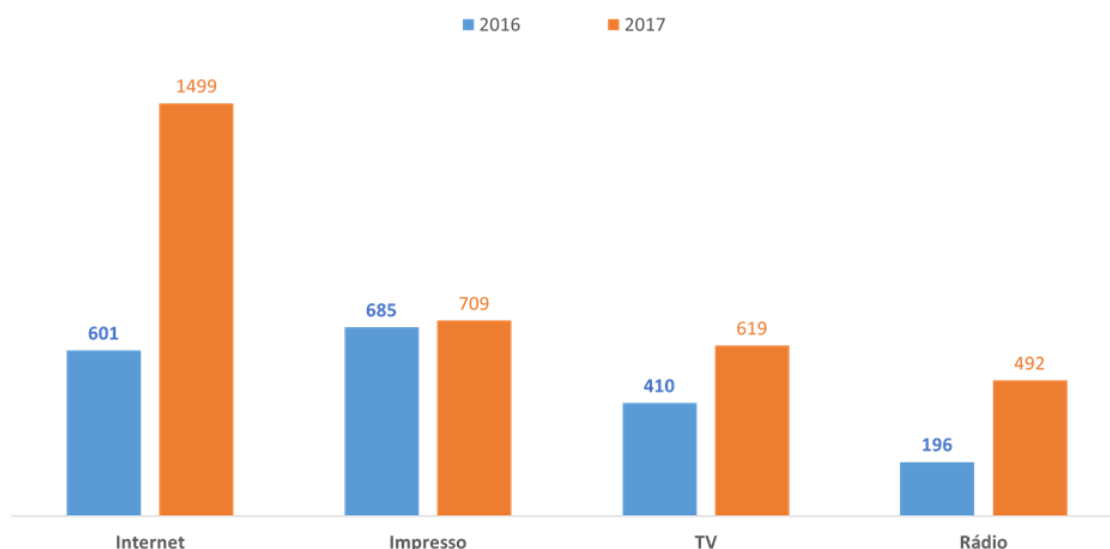
Já os Termos de Compromisso, diminuiu o número de processos que retornaram para correção ou alteração de informações necessárias para a elaboração do Termo, de 10 processos em 2016 para 2 processos em 2017 (Melhoria em 80%).

COMUNICAÇÃO

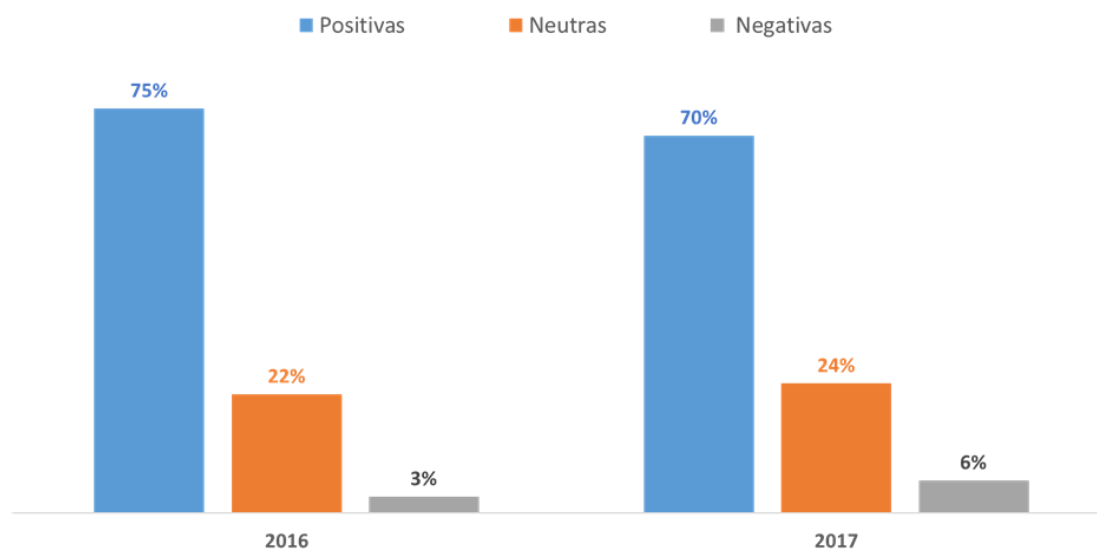
A Defensoria Pública do Estado obteve, entre os anos de 2016 e 2017, um importante incremento na inserção de matérias nos veículos de comunicação e mídia (jornal impresso, TV, rádio, sites e blogs), além de menções nas redes sociais, devido a colocação em prática de um arrojado plano de ação, que tomou como base as novas diretrizes da política de comunicação institucional da Defensoria maranhense. A definição de um calendário fixo de postagem e envio de matéria à imprensa, bem como o monitoramento e mensuração das redes, foram algumas das estratégias responsáveis pelo crescimento e consolidação da presença da Defensoria estadual nos meios de comunicação, dentre e fora do estado.



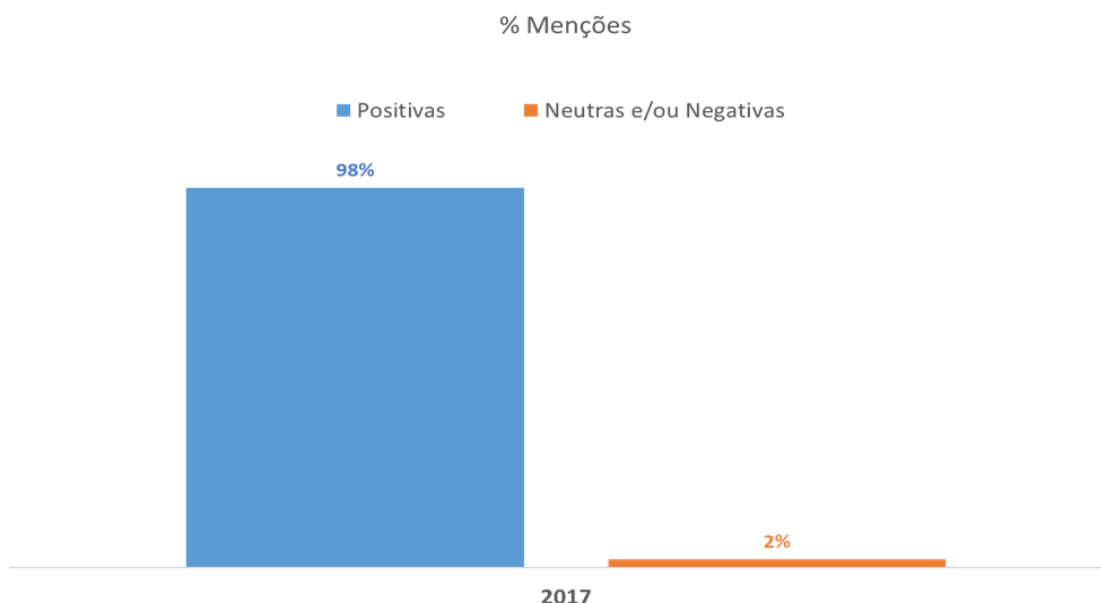
Matérias por Meios de Comunicação



% Matérias Veiculadas



No ano de 2017, um novo indicador foi elaborado para medir as menções positivas e neutra/negativas sobre a Instituição. Esse indicador é coletado mensalmente por empresa especializada em clipagem e é fundamental para o direcionar as decisões da gestão e traçar novas estratégias de divulgação.



GESTÃO DA ATIVIDADE MEIO

A Unidade Gestora de Atividade Meio – UGAM, no âmbito da Defensoria Pública e por meio de suas respectivas Supervisões, é o departamento responsável em gerenciar atribuições relativas a: administração de pessoal, material, patrimônio, compras, manutenção, transporte, serviços gerais e informática, bem como execuções orçamentárias, financeiras, contábeis ou outras atividades-meio que lhe forem atribuídas pelo Defensor Público Geral. Dentre algumas atividades desenvolvidas e controladas pela UGAM estão a gestão de adiantamentos, diárias, controle de gastos com telefonia móvel e internet móvel, através de aparelho móvel do tipo modem e validação e renovação de certificação digital.

Com relação à gestão de adiantamento houve uma estimativa de R\$ 50.000,00, exercício de 2017, 33% de economicidade na diferença entre o planejado e o executado, resultando num gasto de apenas R\$ 33.901,00.

No que tange os gastos com diárias, a demanda apresentada foi maior que a previsão de R\$ R\$ 250.000,00 em decorrência de inauguração/reformas dos núcleos no interior de Estado, além disso houve um incremento nas Forças Tarefas do Núcleo de Execução Penal desta da Defensoria Pública. O resultado para 2017 foi de R\$ 296.721,00, 4% maior que o valor planejado.

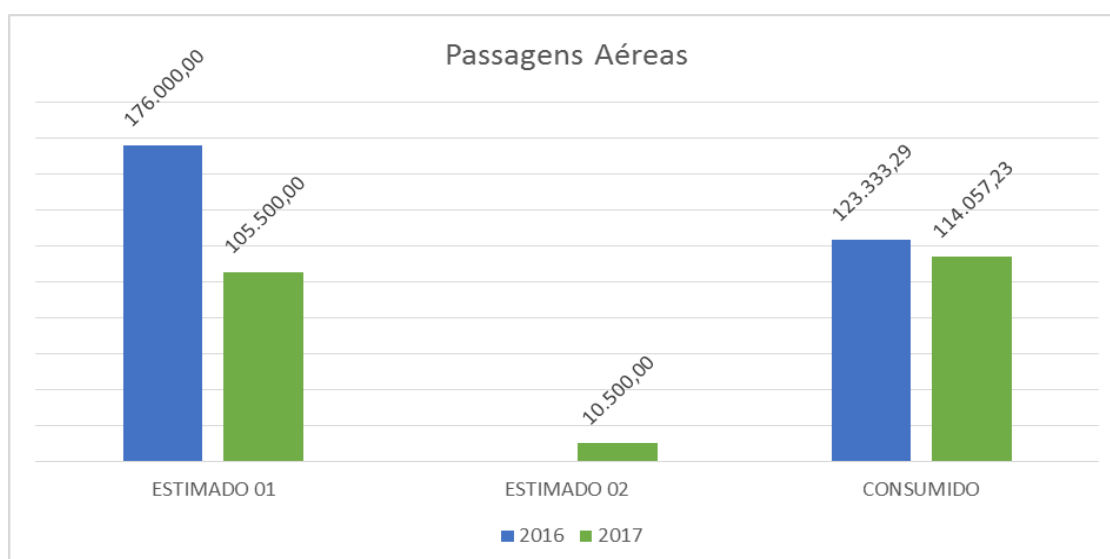


Por fim, os gastos com telefonia móvel e internet móvel, se comparamos ao resultado de 2016, houve um aumento nos números, pelo motivo de acréscimo ao pacote de dados aos smartphones em razão da Defensoria ter adotado uma política de comunicação voltada em ampliar e gerenciar as contas nas mais diversas redes sociais, e acréscimo de internet móvel que resultou do aumento do quantitativo de Defensores Públicos nos quadros funcionais desta Casa, sendo pago em 2017 o montante de R\$ 289.322,40, o que corresponde a 52,88% do contrato que findará em 14/04/2018.

Além dos dados supramencionados demonstraremos a seguir, àqueles foram realizados pelas Supervisões vinculadas e monitoradas por esta Unidade Gestora.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

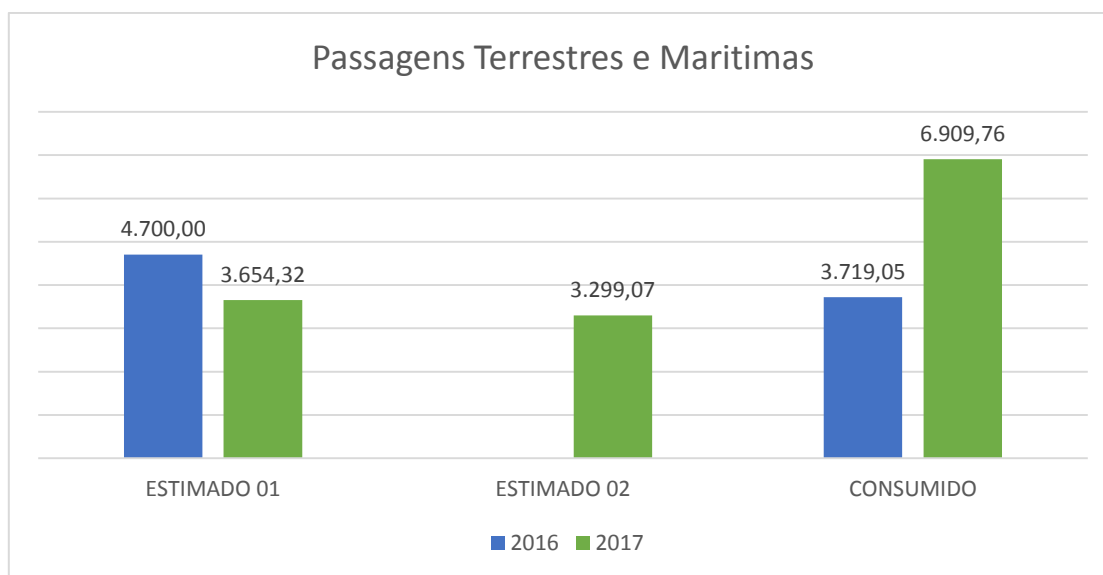
As atividades de apoio administrativo relacionadas com material, patrimônio, logística e serviços gerais estão sob a coordenação da Supervisão Administrativa (SUPAD). No ano de 2017, a SUPAD atuou com foco na economicidade de alguns de seus contratos, conforme demonstram os gráficos a seguir:



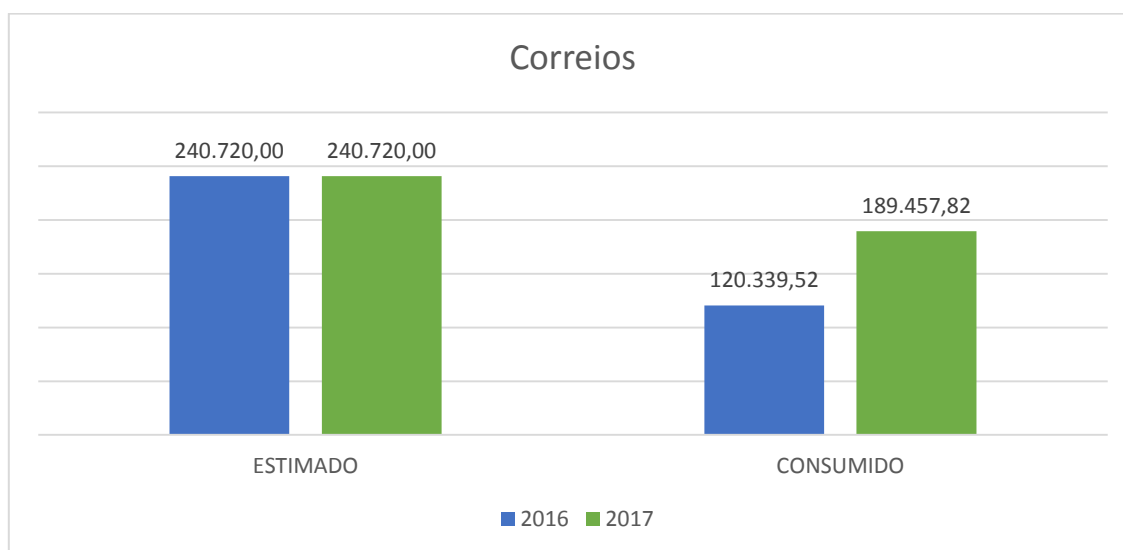
No exercício de 2017 conseguimos um desempenho elevado, visto que o orçamento disponibilizado gerou esforço de todos para realizarmos as atividades de forma eficaz, com valor menor de 52,38%, houve acréscimo de 10,18% em emissão de passagens. Foram emitidas em 2016 108 passagens e 119 em 2017. Cabe observar que apesar do aumento no número de passagens houve uma economicidade de 7,27% com relação a 2016. Ressalta-se que o valor estimado em 2016, (R\$



176.000,00), foi superior ao valor estimado em 2017 (R\$ 105.000,00) mais o seu Aditivo (R\$ 10.500,00). Portanto demonstra-se que a SUPAD adotando novas práticas de controle e emissão de passagens conseguiu sensibilizar os Defensores e Servidores desta Defensoria, quanto a vantagem no planejamento das viagens, visto que as empresas aéreas fornecem descontos para passagens emitidas com bastante antecedência.

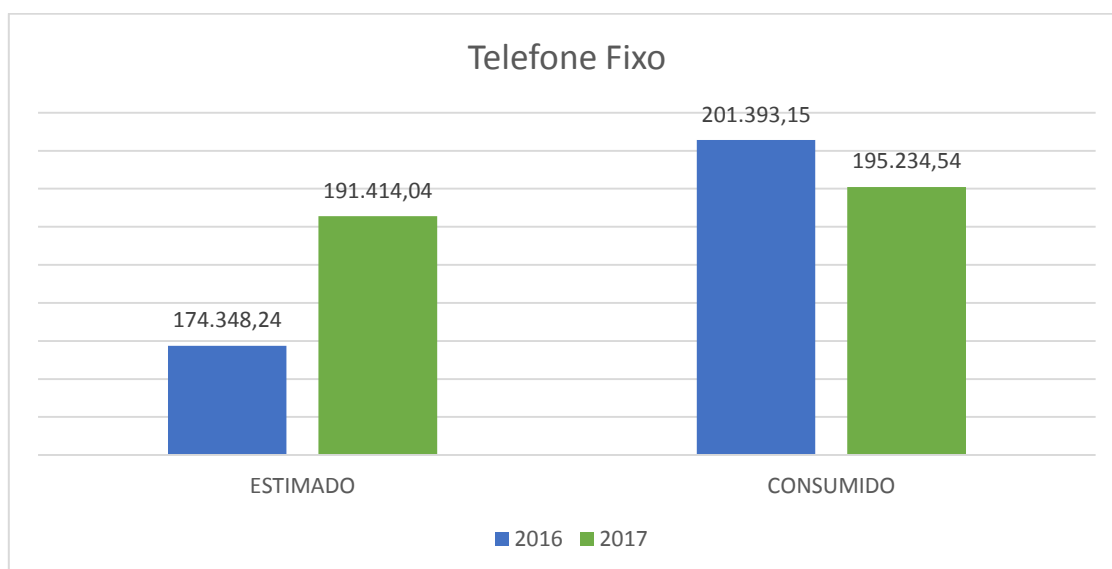


No exercício de 2017 foram homologados 02 contratos, nos valores estimados de R\$ 3.461,77 e R\$ 3.299,07. Foi necessário a contratação desse último valor por conta de despesas extraordinárias, que elevaram financeiramente o custo médio do serviço como, por exemplo o deslocamento de Defensores Públicos para Força Tarefa em Balsas/MA.

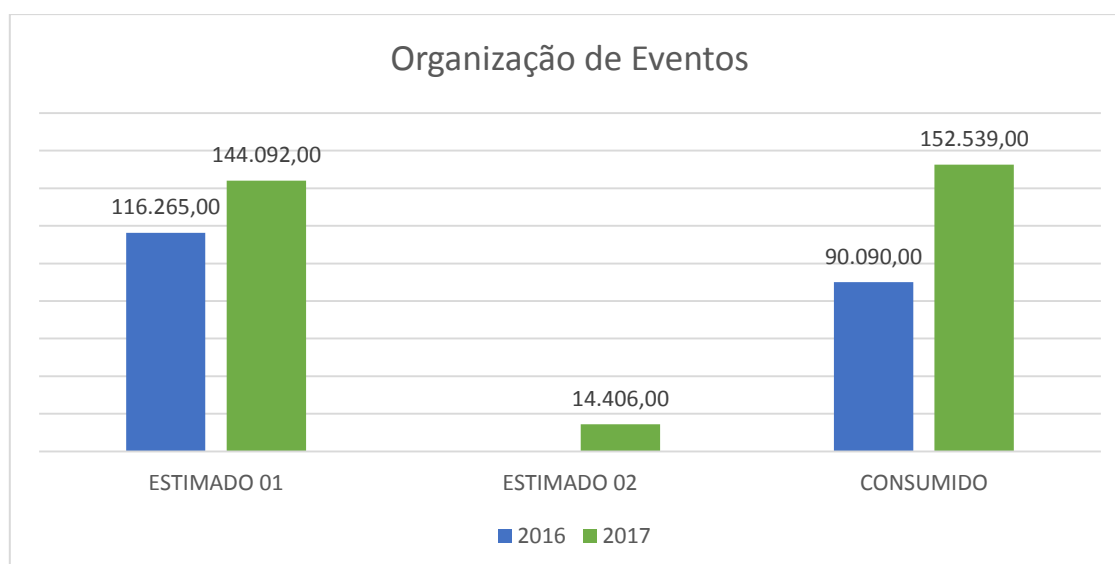




Tanto em 2016 como em 2017 o valor estimado foi de R\$ 240.720,00, portanto se manteve sem reajuste. Porém o valor pago em 2017 foi 57,44% maior que 2016. Isso ocorreu em razão do aumento do reajuste anual dos serviços dos correios e o aumento na quantidade de núcleos e dos atendimentos realizados pela Defensoria no último ano.



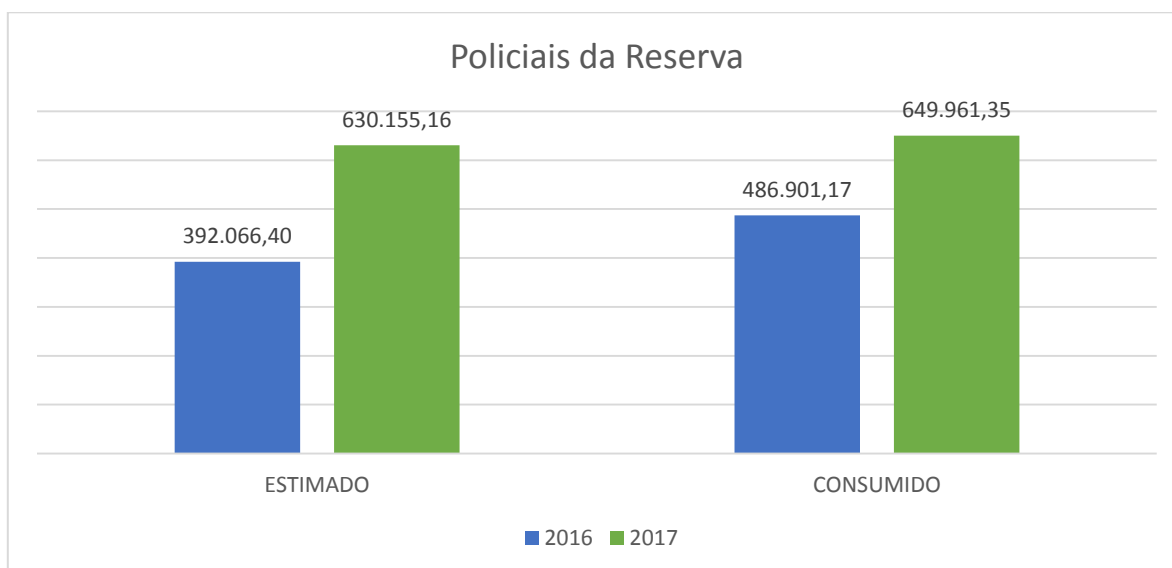
Em 2017 houve uma diminuição de aproximadamente 3% em relação a 2016, onde a redução do valor se deu principalmente ao cancelamento de aproximadamente 84,22% dos serviços de VELOX e substituição dessa tecnologia por fibra ótica, que acabou por baratear o custo.



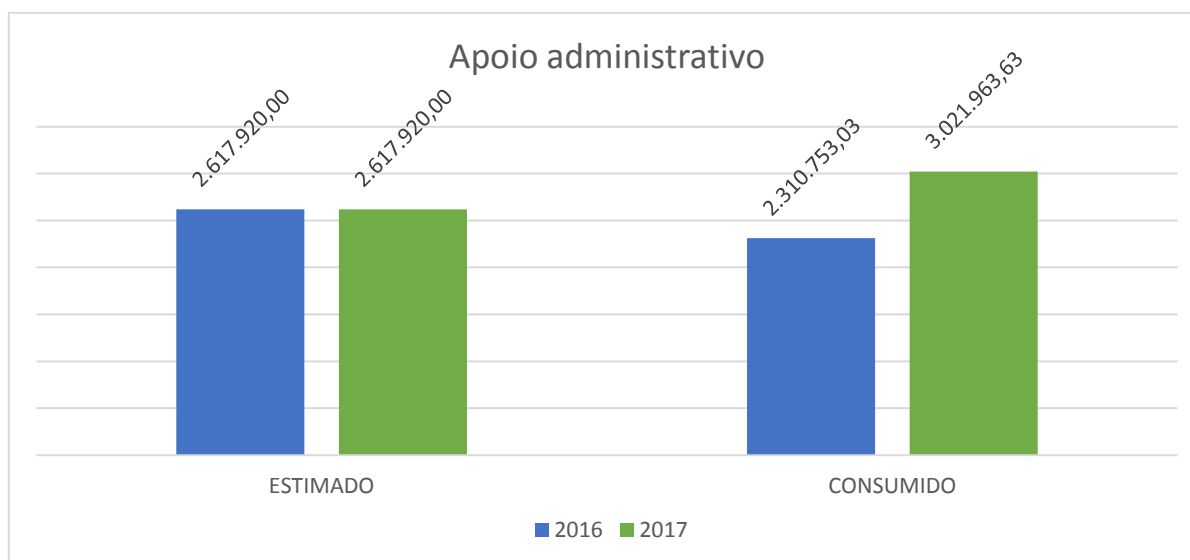
O aumento no valor estimado para 2017 se deu em razão da inclusão de novos eventos no planejamento da Defensoria, a citar o I Congresso Estadual de Defensores Públicos. Houve um



aditivo de 10% devido à realização de eventos alheios a programação, como os eventos realizados pelas entidades da Sociedade Civil onde a Defensoria atuou como parceira.



O valor estimado inicial para o Convênio em 2017 foi maior que em 2016, a justificativa baseia-se no reajuste anual da categoria de 15% aproximadamente, novas contratações devido a necessidade de cobertura pelos serviços de vigilância armada em alguns núcleos já existentes.



No ano de 2017 tivemos um acréscimo de aproximadamente 30,78% do valor consumido em relação ao ano de 2016. O acréscimo justifica-se pelo reajuste de 25% no valor contratual, devido à necessidade na contratação de Apoios Administrativos demandados pelo aumento da quantidade do



atendimento, inauguração de novos núcleos no interior do Estado e núcleos especializados em São Luís.

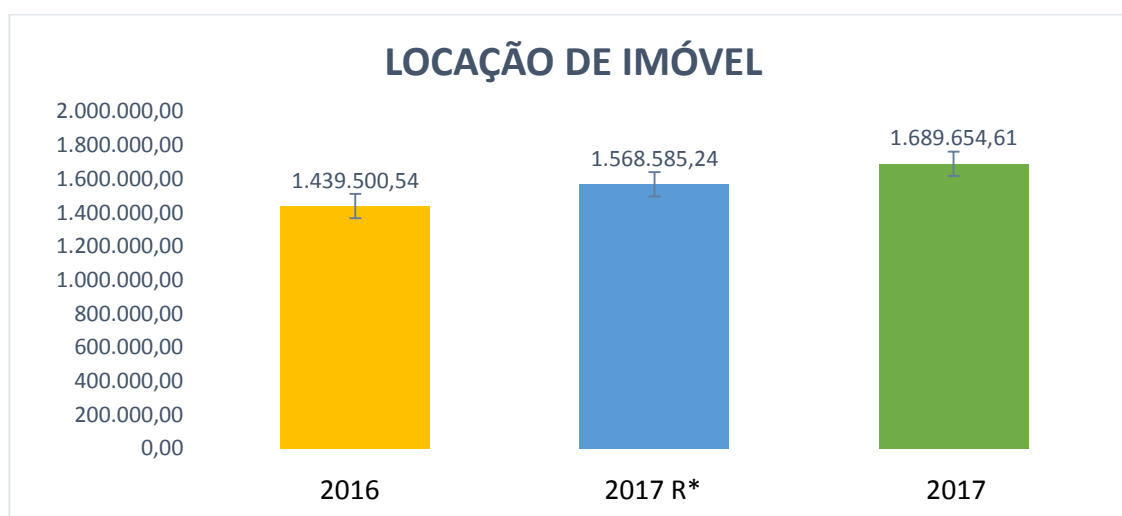
SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES

As atividades relacionadas a serviços gerais e transportes são de responsabilidade da Divisão de Serviços Gerais e Transportes (DSGT). No ano de 2017, a DSGT atuou com foco na economicidade de alguns de seus contratos, conforme demonstram os gráficos a seguir:

a) CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

No ano de 2016, a Defensoria Pública estimou, para um universo de 38 imóveis locados, o valor de R\$ 1.526.616,94. Ao final de 2016 houve uma economia de 5,70% em relação ao valor planejado e um acréscimo na quantidade de imóveis locados. O executado foi de R\$ 1.439.500,54 para um universo de 41 imóveis.

Já em 2017, a quantidade estimada de imóveis foi a mesma do final de 2016 e o valor da locação foi previsto em R\$ 1.923.287,21. Contudo, a Defensoria Pública ampliou para 44 a quantidade de imóveis locados, renegociou os contratos de locação e conseguiu a redução e congelamento de aluguel desses imóveis. Assim, o valor executado de imóveis em 2017 foi de R\$ 1.568.585,24. Cabe observar, que se não houvesse a renegociação o valor executado, com os devidos reajustes anuais, seria de R\$ 1.689.654,61. Portanto uma economia de 7,16% se comparado o realizado com o reajustado e de 18,44% entre o realizado e o planejado.



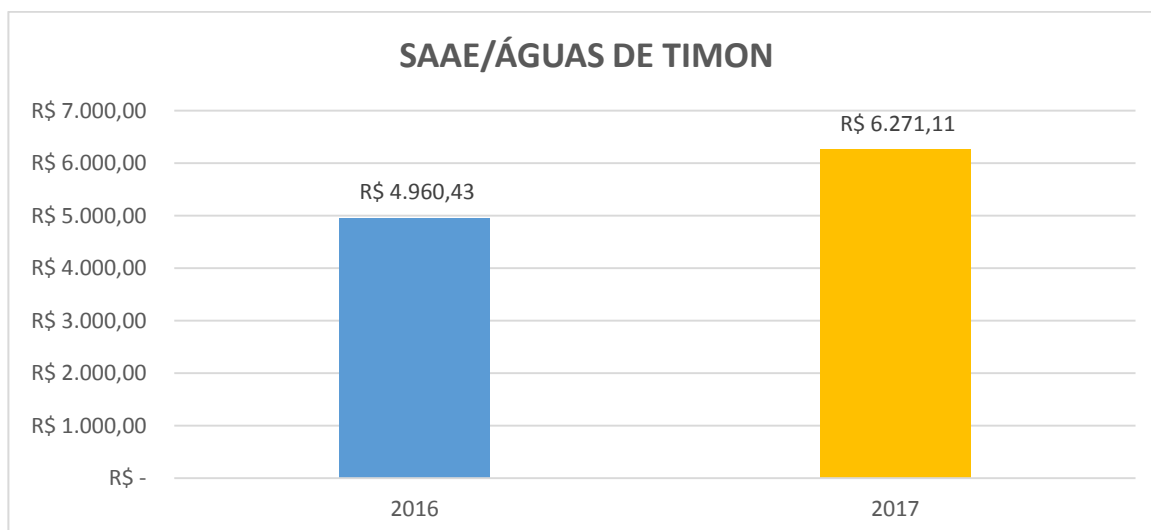
*R – VALORES RENEGOCIADOS

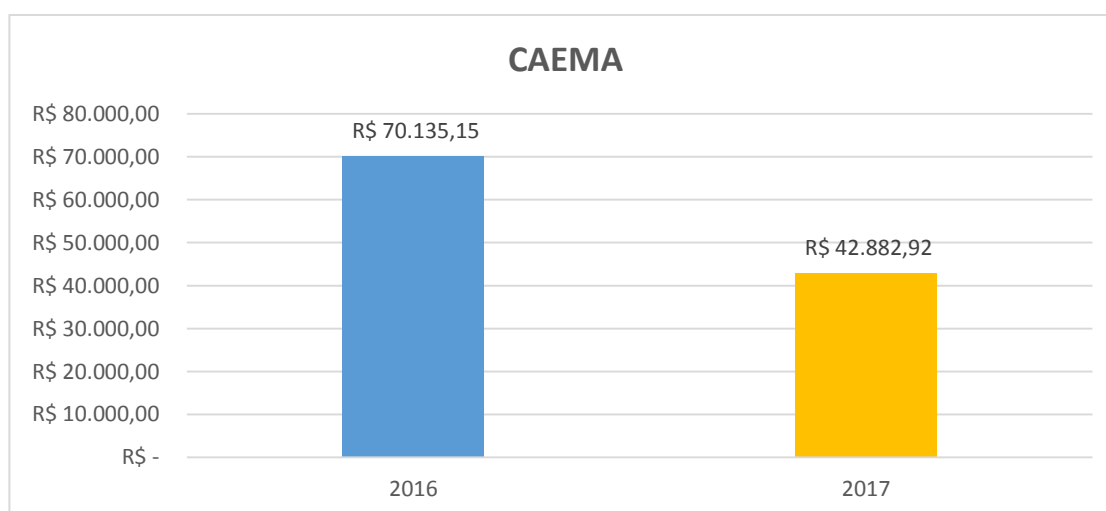
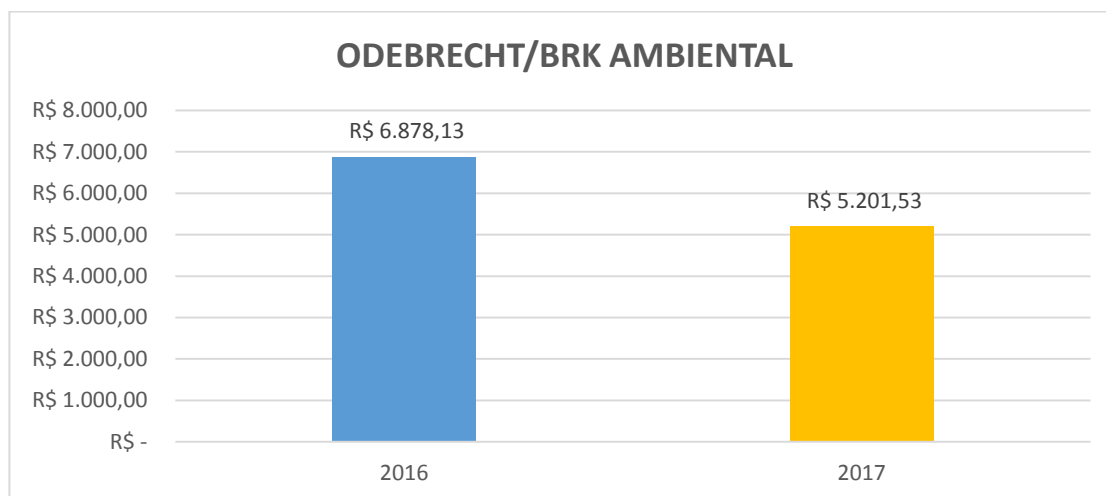


b) ABASTECIMENTO DE ÁGUA/ESGOTO

O abastecimento de água e serviços de esgoto da sede e dos Núcleos da Defensoria Pública do Estado do Maranhão é feito através dos SAAE's nos municípios de Açailândia, Arari, Bacabal, Balsas, Carolina, Caxias, Codó, Matões, Pastos Bons, Rosário e Viana, em Timon, é realizado pela Instituição Águas de Timon e em São Luís (Sede, Núcleo de Execução Penal, Núcleo de Defesa do Consumidor, Arquivo), Santa Inês, Coroatá, Bom Jardim, Pinheiro, Alcântara, Esperantinópolis, Itapecuru-mirim, Icatu, Pedreiras, Imperatriz, Barra do Corda, Vargem Grande, Santa Quitéria, Chapadinha, pela CAEMA.

Nota-se que ao longo do tempo a Defensoria Pública vem desenvolvendo medidas preventivas para economizar e melhor controlar os gastos com abastecimento. No comparativo de 2016, valor total estimado foi de R\$ 115.934,52 e o executado foi de R\$ 81.973,71, redução de 29,29%. Em 2017, essa economia atingiu o percentual de 46,92, sendo que o valor estimado foi de R\$ 102.404,04 e o executado de R\$ 54.355,56.





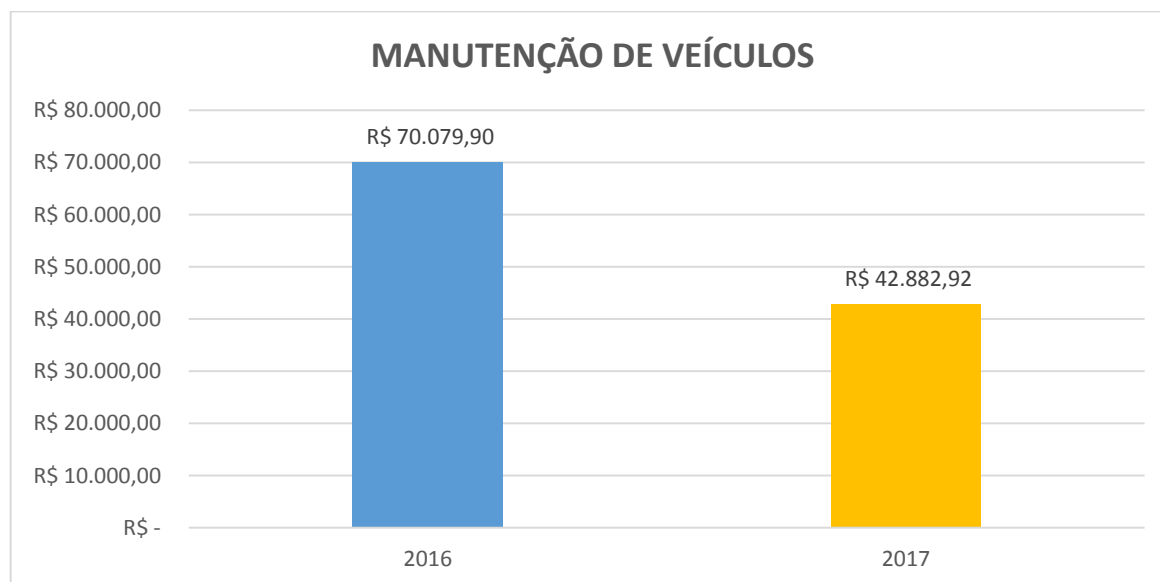
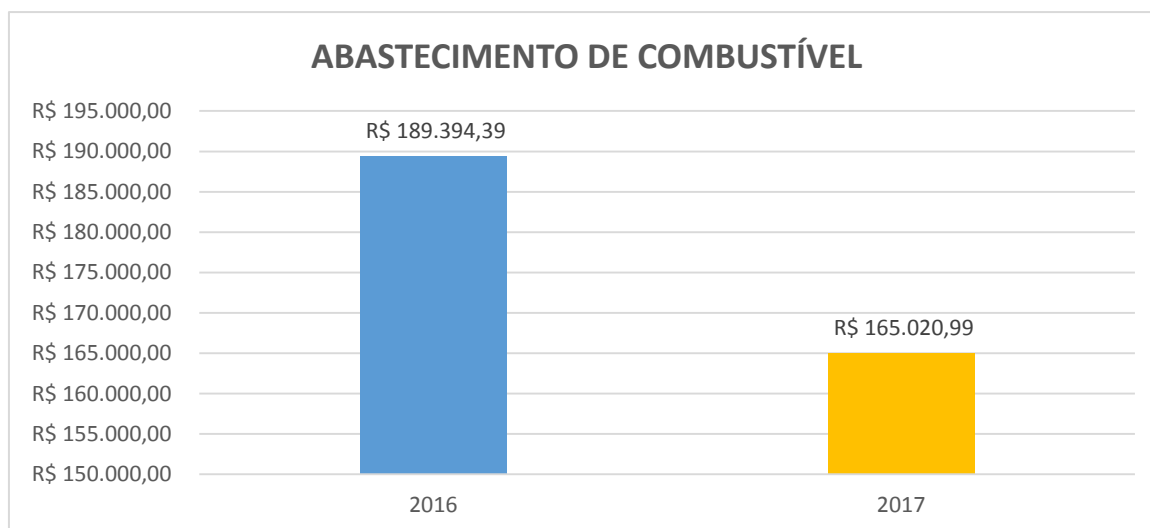
c) ABASTECIMENTO/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

No ano de 2016, o Contrato de Gestão de Frotas era executado por duas empresas e, a partir de então, passou a ser realizado somente por uma. Essa medida foi crucial para a negociação e redução dos valores de um exercício para o outro. No que tange a Locação de veículos, a DPE/MA possui 03 Contratos que atendem: a sede da DPE/MA em seu expediente normal e plantão (veículos, caminhão baú e ônibus), plantão Imperatriz (veículos por quilometragem) e veículos para os Núcleos de Caxias, Açailândia e Imperatriz. Por ainda possui veículos próprios em seu patrimônio, com a adoção desses contratos a Defensoria conseguiu economizar tanto em abastecimento quanto em manutenção. No comparativo dos dois últimos períodos, em 2016, o somatório do valor estimado para abastecimento e manutenção de veículos foi de R\$ 325.680,00 e o realizado foi de R\$ 259.474,29. Já em 2017,



houve uma diminuição tanto no valor planejado, que foi de R\$ 276.000,00 quanto no valor executado, que foi R\$ 207.903,91.

Nos gráficos a seguir estão demonstrados os valores executados em cada período dividido tipo de contrato.

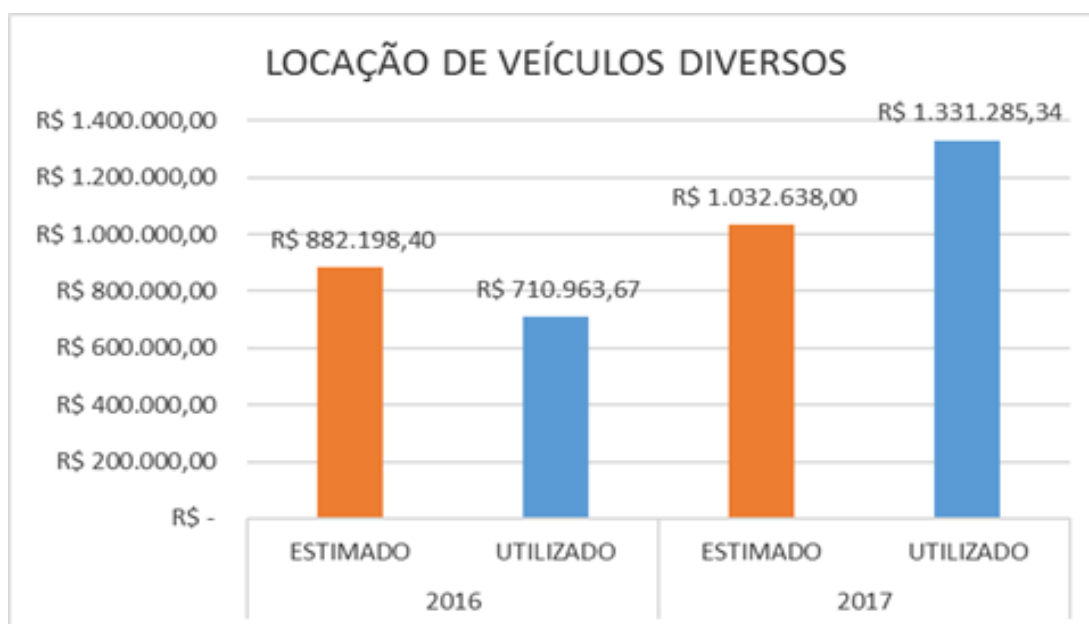


d) LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

No tocante a Locação de Veículos, em 2016, teve seu valor contratual estimado em R\$ 882.198,40 e o planejado foi de R\$ 710.963,67 (economia de 19,41%). Já em 2017, o ano fechou



com um aumento de 28,92%, tanto no valor planejado (R\$ 1.032.638,00) quanto no executado (R\$ 1.331.285,34), motivado pelo incremento da Força Tarefa do Núcleo de Execução Penal, a inauguração dos Núcleos Regionais de Presidente Dutra e Balsas e reinauguração dos Núcleos Regionais em Bacabal e Timon.

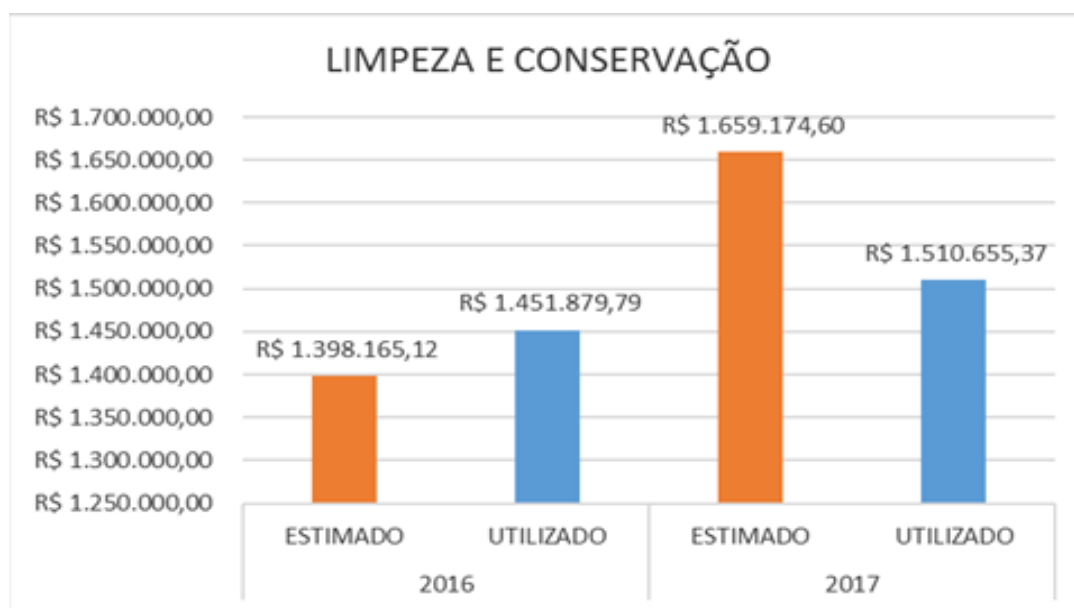


e) SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Com relação ao serviço de limpeza e conservação estimou-se em 2016 o valor de R\$ 1.398.165,12 para 45 postos e no realizado houve a necessidade da contratação de 46 postos que representaram um valor de R\$ 1.451.879,79, aumento de 3,84%.

Em 2017, o quadro foi diferente. Apesar da estimativa de postos ter sido maior (52 postos) e o valor estimado ter ficado na casa de R\$ 1.659.174,60, o executado teve uma redução de 8,95% apresentando o montante de R\$ 1.510.655,37.

No comparativo dos exercícios, o valor do posto por ano ficou em R\$ 31.562,80 posto/ano, em 2016 e R\$ 29.051,06 posto/ano, em 2017.



MATERIAL E PATRIMÔNIO

1. Padronização do pedido de material

A fim de padronizar e aumentar o controle das requisições de material de consumo, foi concretizado, em setembro/2017, a divulgação e orientação a todas as áreas sobre como realizar as solicitações de material à Divisão de Material e Patrimônio – DMP.

2. Tombamento do material permanente antes do envio para núcleos

Com vistas na contenção de custos e diante do cenário encontrado, vislumbramos a oportunidade de realizar o Tombamento dos materiais permanentes antes de serem enviados para as áreas, independente se é regional ou metropolitana. Antes o material era primeiramente enviado para os locais, inclusive área regionais, e depois que era mobilizado um funcionário para realização do tombamento. Contudo, era necessário inclusive o pagamento de diárias para este funcionário. Com as novas diretrizes, houve uma redução considerável quanto a solicitação de diárias para esta atividade. Vale lembrar que algumas áreas ainda necessitam de um levantamento in loco para o



fechamento dos materiais permanentes para posterior emissão, em definitivo, do Termo de Responsabilidade e Guarda.

3. Organização do galpão/ almoxarifado

Foi adquirido paletes, na quantidade de 70 unidades, para a organização dos materiais alocados no Galpão Almoxarifado. A organização e conferência do constante neste local iniciou-se em 09/11/2017, e demandou cerca de 10 dias integrais com uma grande movimentação de força de trabalho do pessoal da própria Divisão. Essa atividade foi finalizada em 01/12/2017.

4. Atualização de senhas e CPF no SIAGEM

Diante da obrigação de uso do Sistema Integrado de Administração e Gerenciamento de Estado e Municípios – SIAGEM e visando acesso para uso do sistema, foi feito um levantamento e posterior solicitação aos órgãos competentes tendo em vista a regularização destes usuários e de suas respectivas senhas. Desta forma tanto as solicitações quanto as requisições passaram a ser inseridas nesse sistema.

5. Saldo em conta do Almoxarifado

Durante o intervalo de 2009 a 31/12/2016, se acumulou na conta do almoxarifado valores referentes a materiais que eram fornecidos com a ausência formal de suas respectivas requisições. Diante disso foi feito um trabalho de levantamento de todos esses itens, com a identificação dos materiais e de seus prováveis requisitantes. Para tanto foi aberto um processo administrativo de nº 0886/2017 visando a juntada de toda essa documentação, inclusive com Mapa demonstrativo desses valores divididos por ano e seus acumulados, exibindo as prováveis áreas com maior relevância na soma desses totais. Este processo serviu como base para o cumprimento da baixa desses itens acumulado e nele consta autorização para tal atividades.

6. Aplicação no almoxarifado da ferramenta de Controle PEPS/UEPS

Diante do cenário encontrado e considerando a necessidade de controlar melhor os materiais disponíveis no almoxarifado, verificou-se uma necessidade de melhor gerir o estoque, inclusive os que envolvem prazos de vencimento. Com isso aplicou-se as ferramentas de controle PEPS (os



produtos que chegaram primeiro são igualmente os primeiros a serem despachados para alguma eventual demanda) e UEPS (último a entrar é o primeiro a sair).

7. Implantação do prazo de regularização de cadastro de fornecedores do SIAGEM

Foi identificado que alguns fornecedores, vencedores de certames licitatórios, não possuíam cadastro no SIAGEM e, não havia a determinação do prazo para regularização dessa pendência. O SIAGEM é o sistema operante atualmente no Maranhão, São Paulo e outros Estados, para a gestão dos recursos públicos se utilizando de um controle físico das compras estaduais e municipais. Por meio dele é feito todo acompanhamento das quantidades, dos preços e aquisição dos bens e serviços adquiridos, bem como cadastro de fornecedores. O referido sistema tem como finalidade ser instrumento para administração dos processos de gestão, inclusive de materiais de consumo. A exigência para cadastro dará condições ao vencedor do certame de receber empenho, assinar o contrato e posteriormente receber o pagamento.

Sendo assim, foi implantado, após alinhamento com outros setores, o prazo máximo de 15 DIAS CORRIDOS para a regularização, afim de darmos prosseguimento a esta contratação, evitando inclusive demais providências quanto ao chamado dos demais classificados no certame licitatório.

8. Implementação do GEMAP – Módulo Permanente

Com o objetivo de atualizar os Núcleos regionais, após alguns ajustes baseados na rotina do setor e na usabilidade do sistema, foi acatada pela Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas algumas sugestões que trouxeram acima de tudo, ampliação dos usuários que pudessem estar usando o sistema para a movimentação dos bens permanentes. O sistema já estava a quase dois anos com uso restrito da DMP e com determinadas alterações, os Núcleos Regionais passaram a ter essa tecnologia para uso quando necessário.

9. Reunião com os membros do Setor de Material e Patrimônio após reunião de gestão

Considerando um pleno alinhamento entre todos os membros da DMP e buscando manter os objetivos macro traçados pela alta gestão, foi implantado um cronograma de reunião entre os membros da divisão onde são repassados os assuntos das mais diversas importâncias e que necessitam de conhecimento de todos os envolvidos afim de descentralizar a informação e tornar todo processo



mais comum internamente, inclusive se houver a precisão de providenciar algum material ou direcionar alguma responsabilidade.

10. Simulador de estruturação de Núcleos

Diante da busca por um planejamento orçamentário quanto aos prováveis custos para novos núcleos, foi feito e entregue um Simulador de Núcleos para projeções futuras e mais próximas da realidade e dos valores praticados no mercado.

11. Aprimoramento no fluxo das atividades do Setor

Após análise dos procedimentos e rotinas praticadas na DPE, percebeu-se a necessidade de alguns ajustes, mesmo considerando as práticas laborais que o serviço público impõe. Sendo assim, foi feito diversos aprimoramentos que resultassem em controles e disseminação de informação visando o cumprimento das responsabilidades regimentais da Divisão e ao par disso, realizando os atendimentos das demandas recebidas pela DMP.

12. Implantação de Planilha de Viagem

Com a identificação da comunicação quase que sempre em cima da hora sobre demandas que seriam necessárias para determinadas viagens, foi implantado uma planilha de Viagens que pudesse reunir de forma simples, planejada e sistêmica as necessidades de materiais e datas das viagens que possam ocorrer. Dessa forma acabou-se reduzindo consideravelmente a possibilidade de problemas no envio de materiais de consumo e/ou permanentes para os núcleos Regionais.

13. Implantação de Reunião de Alinhamento com Fornecedor

Com a identificação de alguns vícios praticados por fornecedores, foi feito ajustes visando reforçar as regras envolvidas e um tanto não cumpridas durante o fornecimento dos materiais. Desta forma foi implantado uma reunião de Alinhamento Preliminar com o fornecedor onde se reforça e formaliza-se as regras básicas daquele fornecimento. O objetivo maior desta e de outras ações é manter no quadro de fornecedores da DPE apenas as empresas que realmente estejam engajadas com o verdadeiro compromisso da Instituição.



14. Feedback aos requisitantes regionais sobre pedido de material

Buscando aplicação de ferramentas básicas de relacionamento com os clientes (internos e externos), foi implantado ajustes práticos no processo de comunicação da DMP. Desta forma passamos a retornar, de alguma forma, sobre os questionamentos e demandas que recebidas pelo setor. Como exemplo segue as solicitações mensais de material de expediente onde é dado o feedback com o nº do rastreamento dos pacotes enviados para um acompanhamento mais constante do envio e recebimento do solicitado. A falta do feedback pode deixar sem saber qual direção seguir. Pode-se considerá-lo como sendo uma bússola, que dá a direção que se deve tomar, para atingir o objetivo e satisfação do cliente.

15. Planejamento DMP 2018

Foi realizado e apresentado aos colaboradores da DMP o planejamento da Divisão de Material e Patrimônio para o exercício de 2018. Esta foi a primeira versão do referido planejamento uma vez que há uma grande necessidade de flexibilidade deste planejamento considerando possíveis mudanças que ocorrem durante o ano em decorrência principalmente de inauguração de novos núcleos regionais.

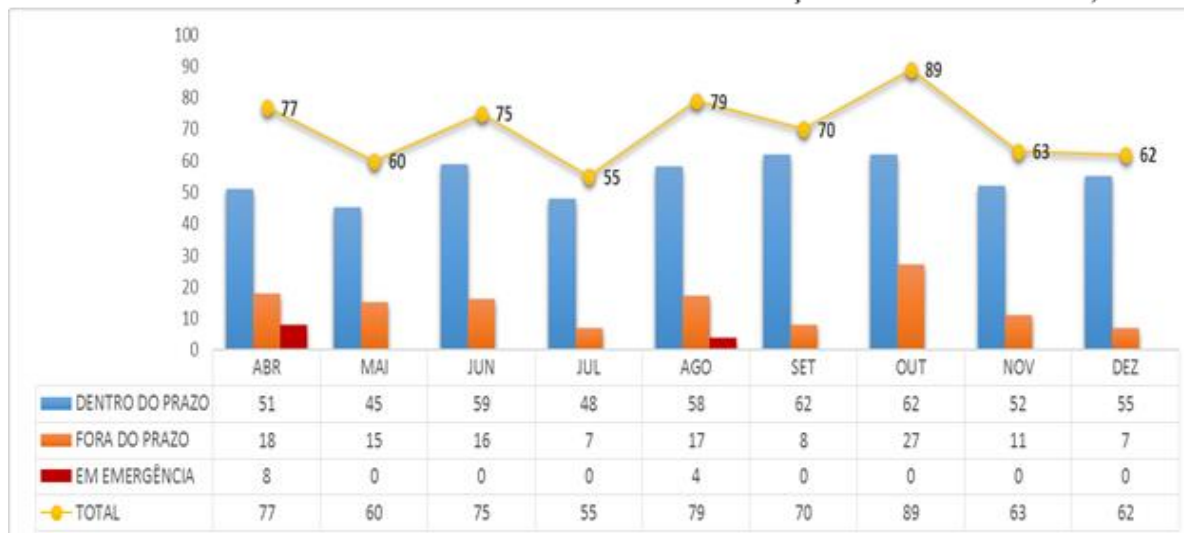
Visando controlar as atividades e aprimorar o desempenho das atividades não só da DMP mais como da DPE de modo geral, otimizando os recursos através da redução de custos e, ao par disso, melhorar o desempenho como um todo, foi criado alguns Indicadores de Desempenho do tipo Qualidade e do tipo Estratégico. Segue abaixo quais são esses indicadores:

- ❖ Indicador de não conformidade considerando Resolução nº 59 de 22/11/2006;
- ❖ Indicador de Consumo da Sede e Núcleos no mês;
- ❖ Indicador de Consumo da Sede e Núcleos acumulado no período de 2017.
- ❖ Indicador de Consumo dos Núcleos no mês;
- ❖ Indicador de Consumo dos Núcleos acumulado no período de 2017;
- ❖ Indicador de Consumo da Sede no mês;
- ❖ Indicador de Consumo da Sede acumulado no período de 2017;

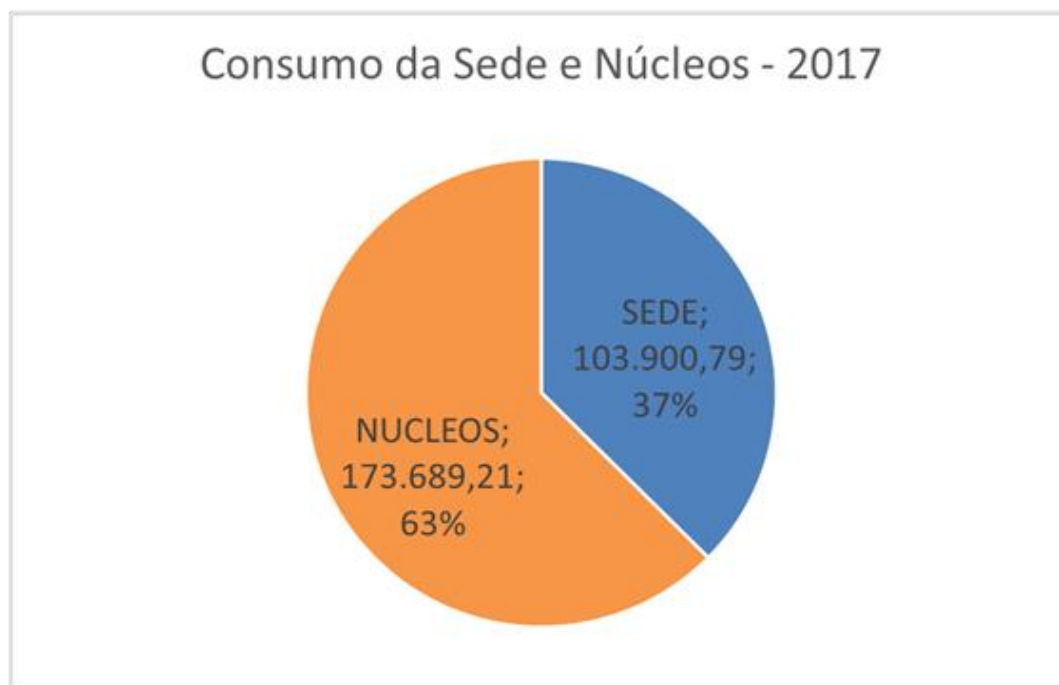
Desta forma, estaremos exibindo neste relatório os fechamentos do referido exercício tendo em vista a o início da implantação dos Indicadores acontecer em 04/2017.



Indicador de não conformidade considerando Resolução nº 59 de 22/11/2006;

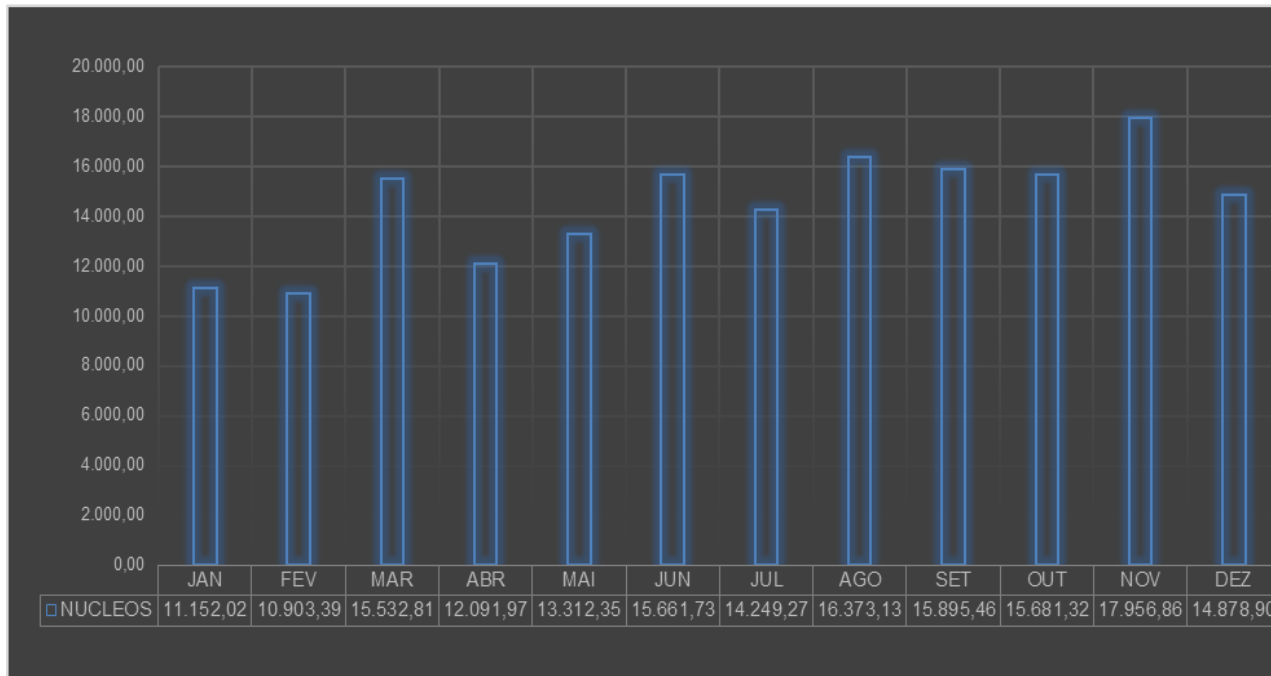


Indicador de Consumo da Sede e Núcleos acumulado no período de 2017

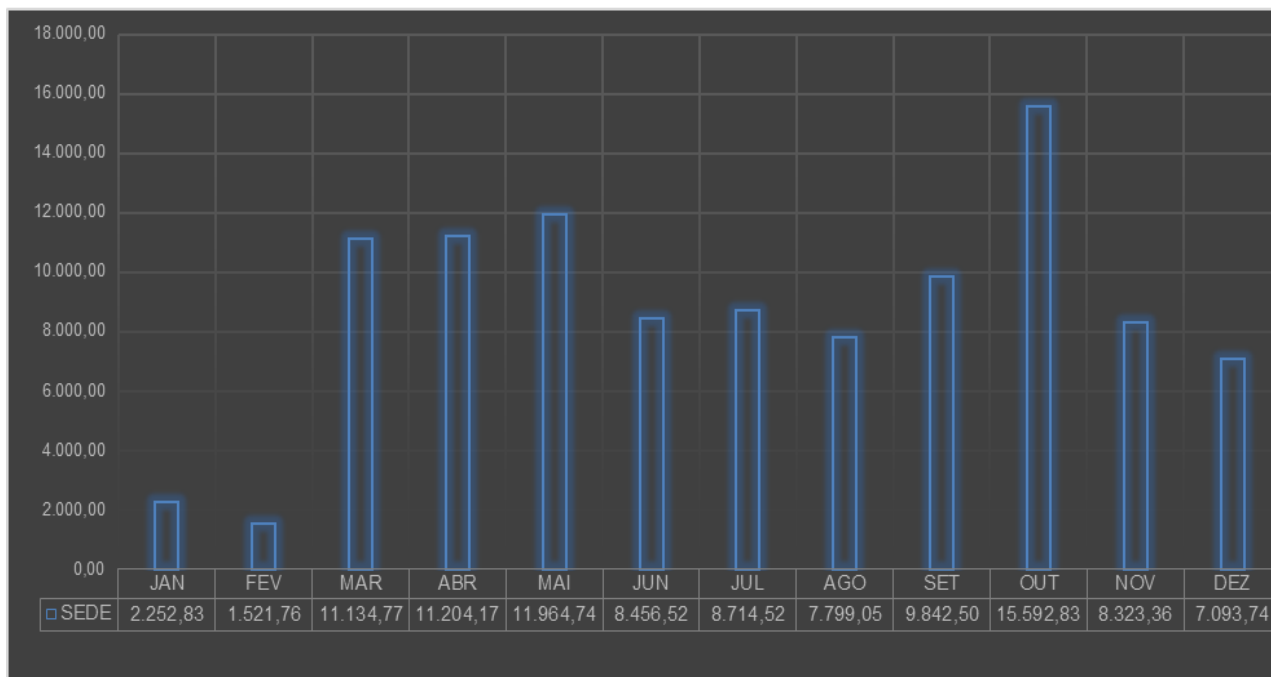




Indicador de Consumo dos Núcleos acumulado no período de 2017



Indicador de Consumo da Sede acumulado no período de 2017

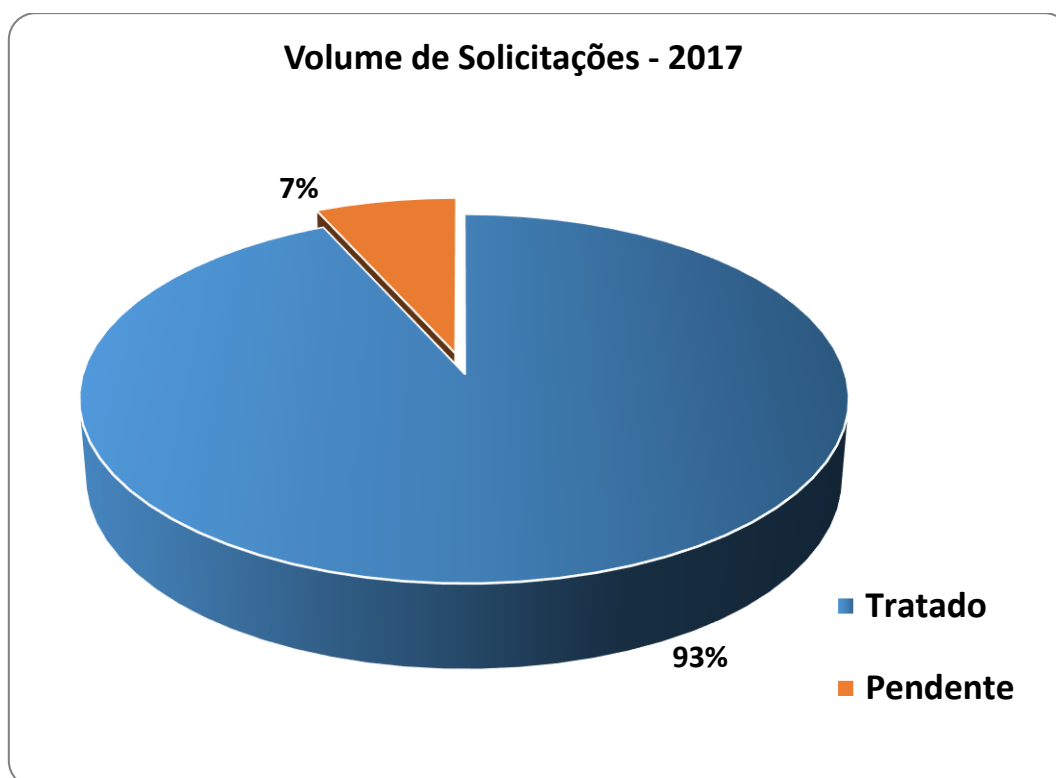




APOIO AOS NÚCLEOS

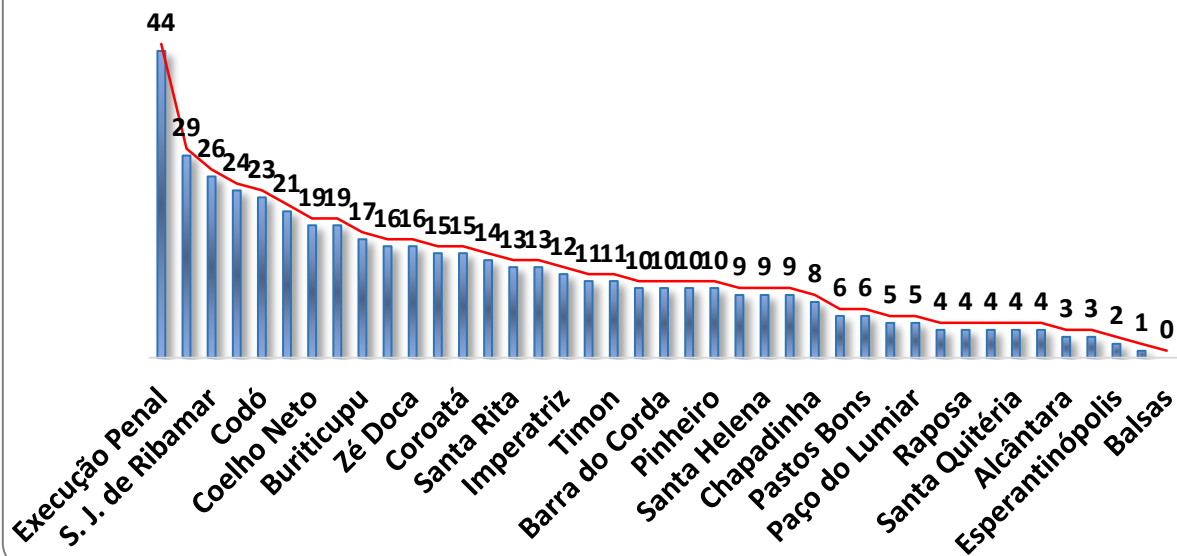
Na busca pela melhoria da infraestrutura da sede e dos núcleos regionais, a Supervisão de Núcleos da Defensoria Pública, durante o ano de 2017, recebeu **485 chamados formalizados** por meio de e-mail, spark (aplicativo de mensagem instantânea), telefone e whatsapp. Buscou-se atender ao maior número de demandas dentro das possibilidades da Instituição. Desse total, **452 casos foram resolvidos** e **33 aguardam tratativas**. Em termos percentuais, representa **93,19% de efetividade na resolução dos problemas**. Cerca de **79,50%** dessas ocorrências **concentram-se** nas áreas de **manutenção predial, materiais, informática, telefonia, refrigeração e serviços gerais**.

Na avaliação dos serviços executados, a Supervisão obteve, numa escala de 1 à 5 pontos, nota de **3,87**, cerca de **77,40% de satisfação**.

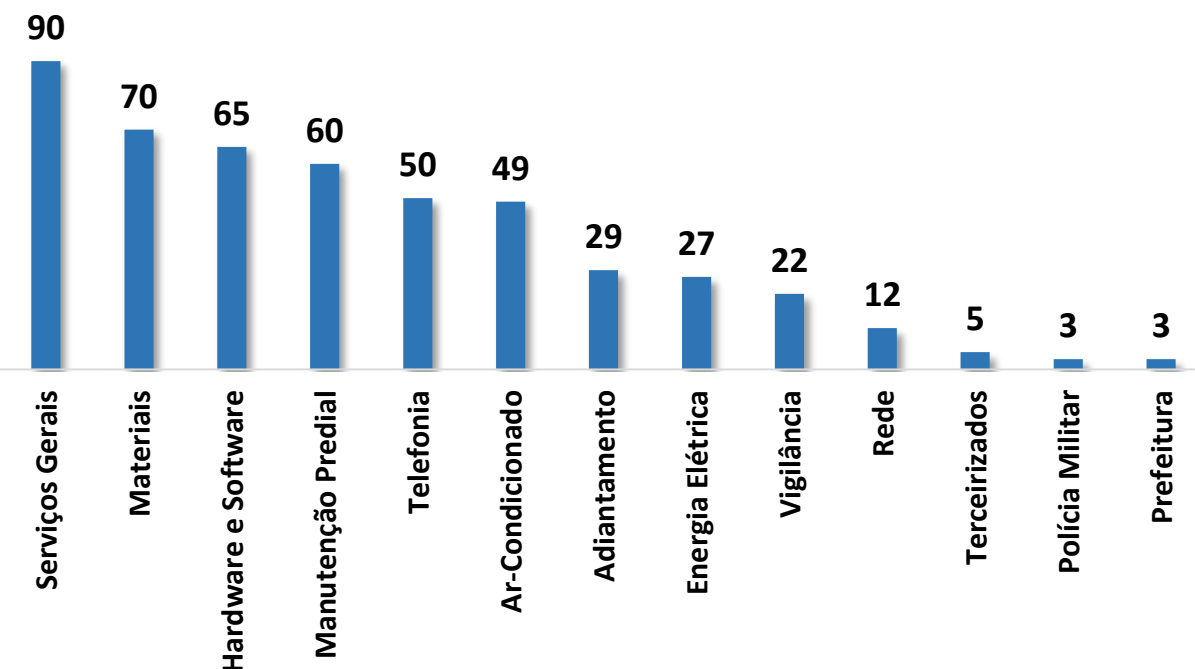


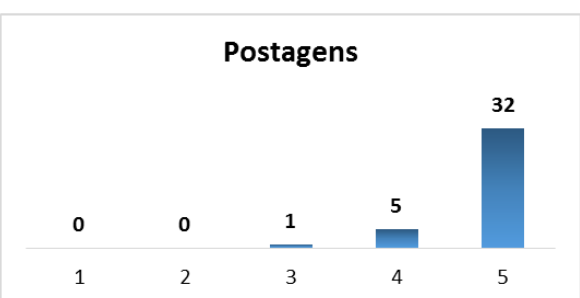
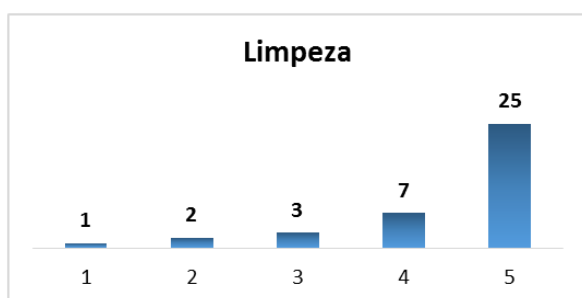
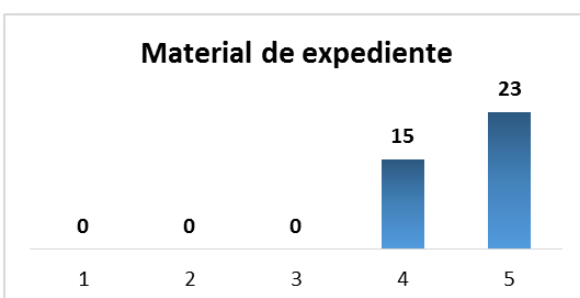
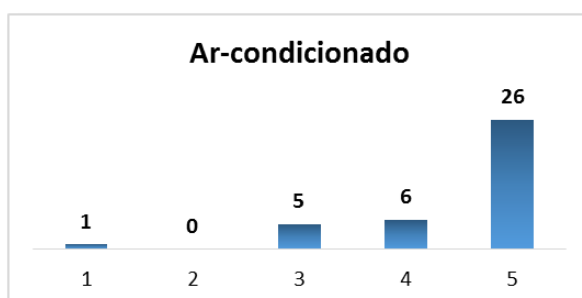
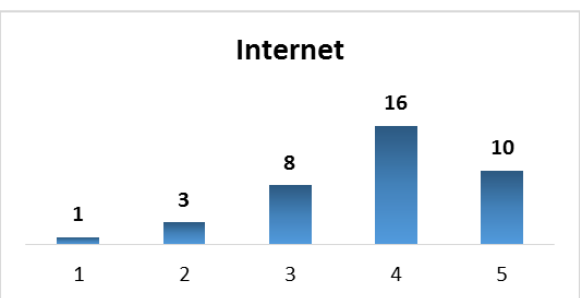
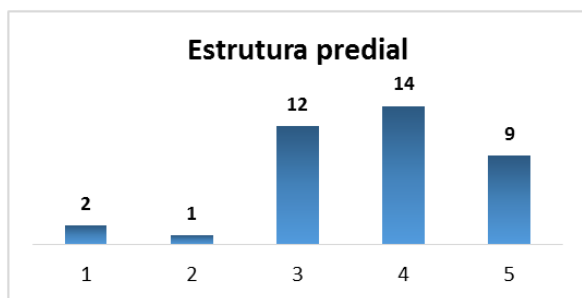
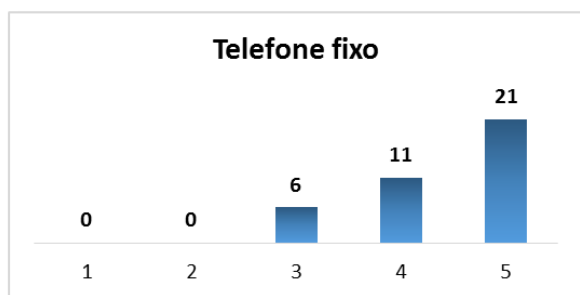
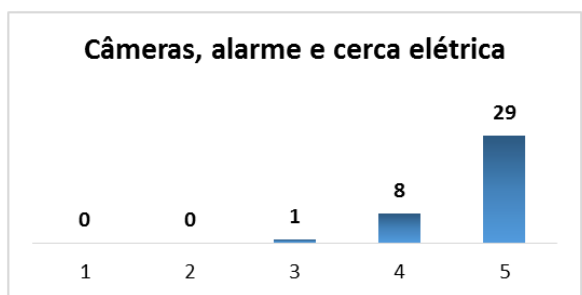
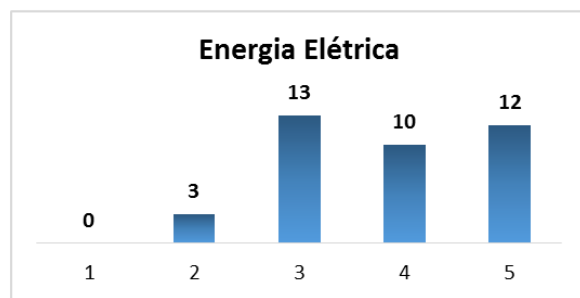
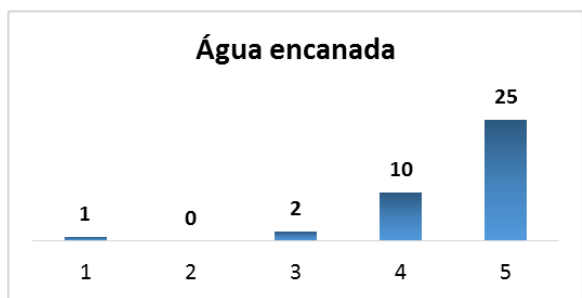


NÚMERO DE SOLICITAÇÕES POR NÚCLEOS



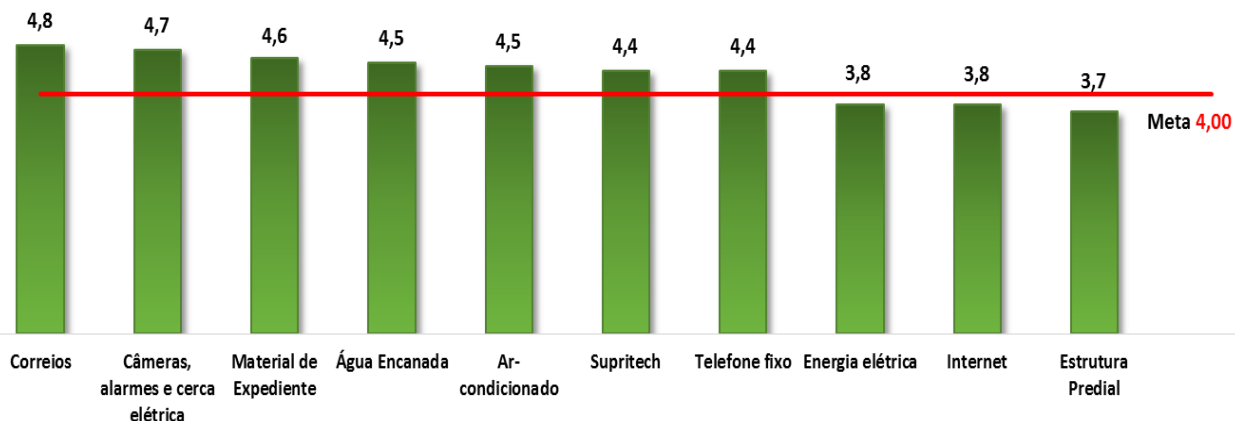
NÚMERO DE SOLICITAÇÕES POR MOTIVO



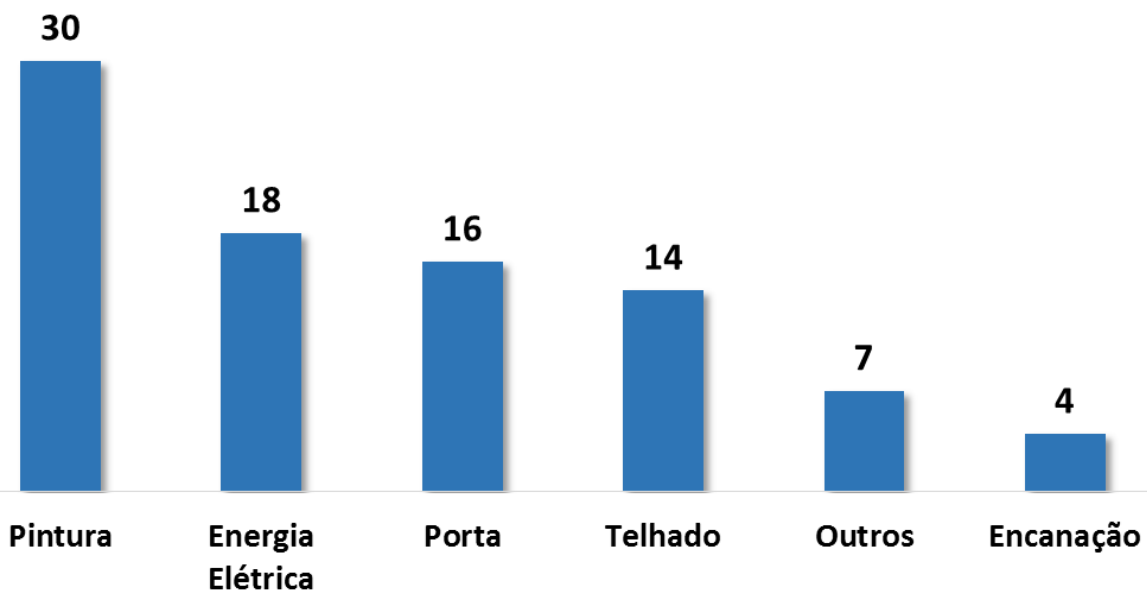




Média de Satisfação por Indicador



DEMANDAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL



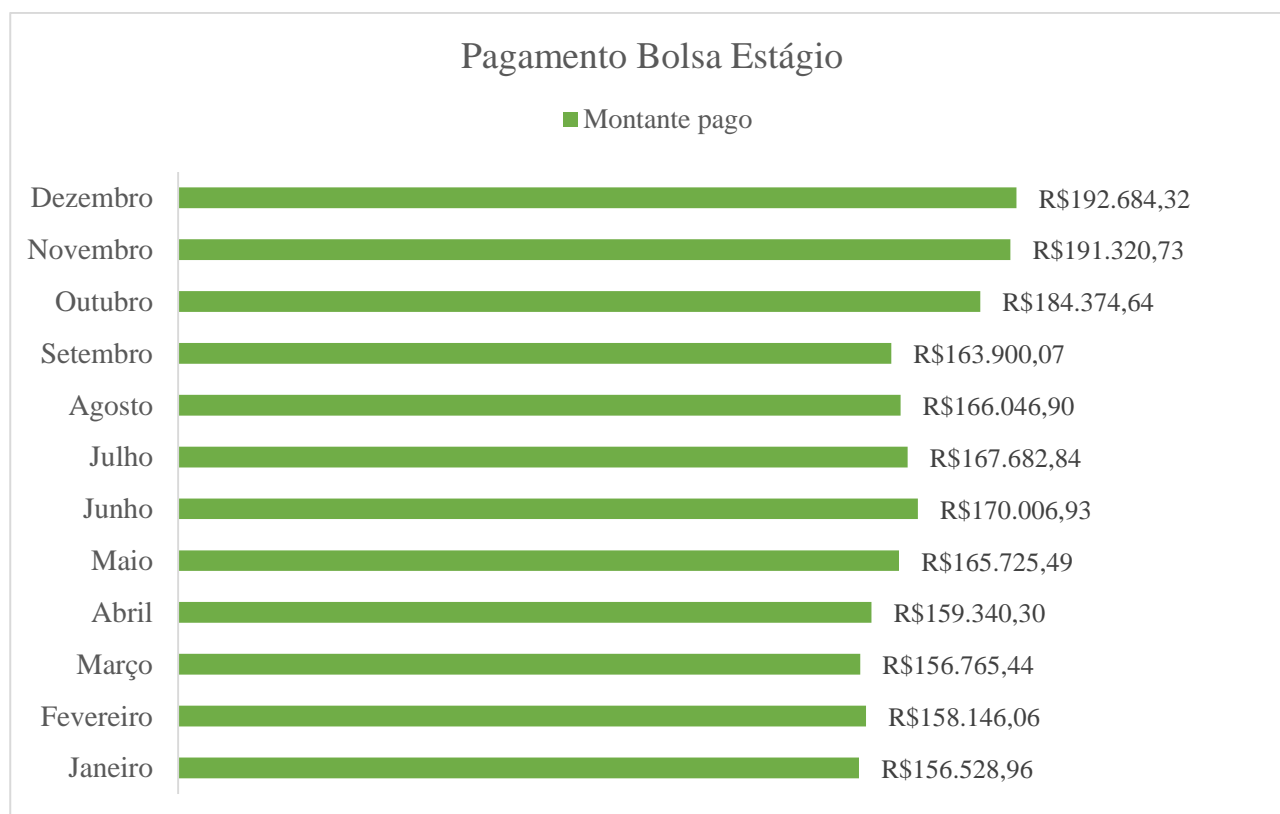


PROGRAMA DE ESTÁGIO

O programa, com duração de até dois anos, faz com que nossos estagiários vivenciem desde cedo a missão da Defensoria Pública. Tem por finalidade de dar ao estudante a oportunidade de desempenhar atividades complementares em sua área de formação e de aprender competências próprias de atividade profissional, com o objetivo de permitir o seu desenvolvimento para a cidadania, trabalho e a vida.

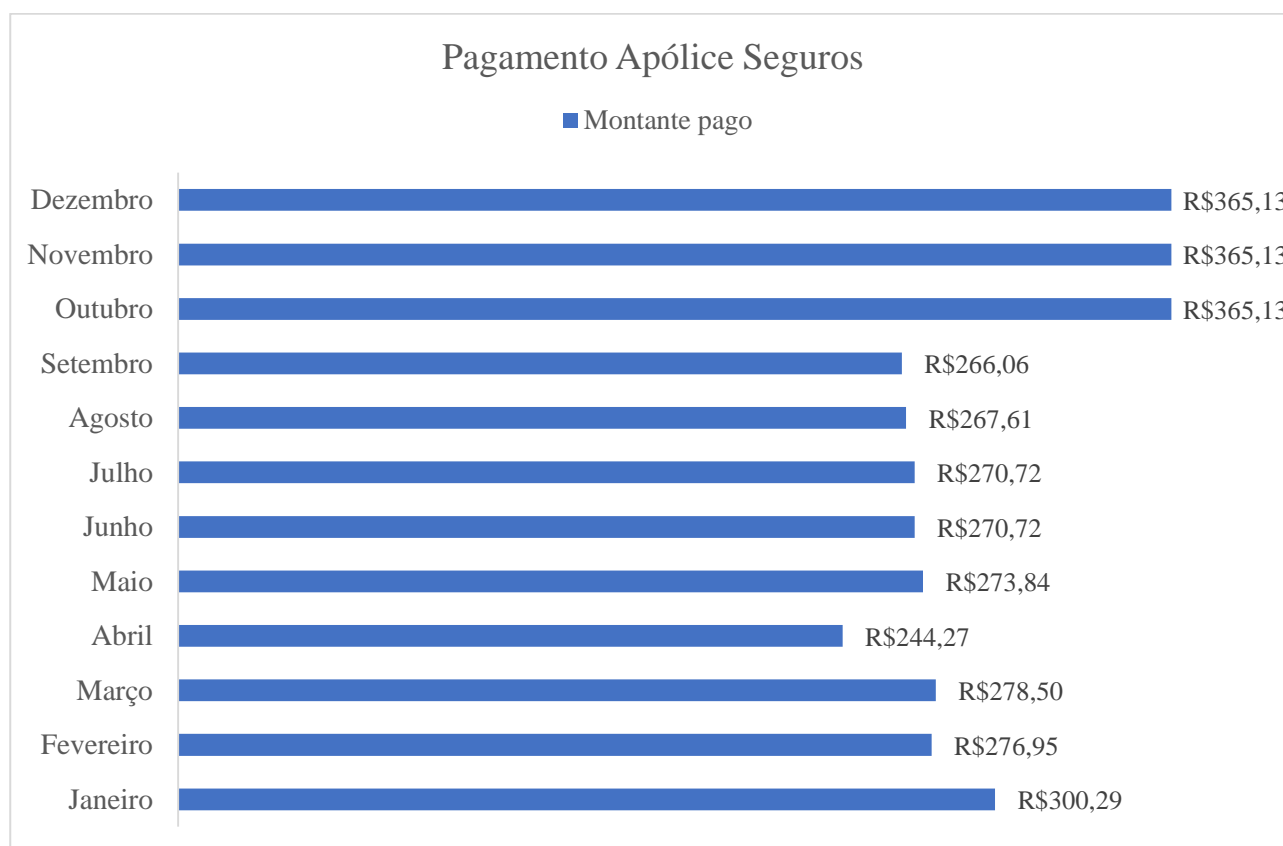
A Supervisão de Estágio é a unidade responsável em dirigir e supervisionar as atividades de estágio desenvolvidas pelos estudantes das Instituições de Ensino Superior na Defensoria. Em 2017, dentre as diversas atividades desenvolvidas, destacou-se a organização do XIII Processo Seletivo de Estágio Forense, realizado em abril.

A seguir, alguns números relevantes considerando o quantitativo médio de 173 estagiários de direito e administrativos, distribuídos na sede administrativa, núcleos especializados na Capital e núcleos regionais no interior do Estado.





No gráfico acima, observa-se que, ao longo de 2017, ocorreu uma variação mensal do pagamento da bolsa estágio que, ao final, totalizou o montante de R\$ 2.032.522,68. Essa variação está diretamente relacionada com a variação mensal do quantitativo de estagiários. O mesmo ocorreu com o pagamento da apólice do seguro obrigatório para estagiários, conforme gráfico abaixo.

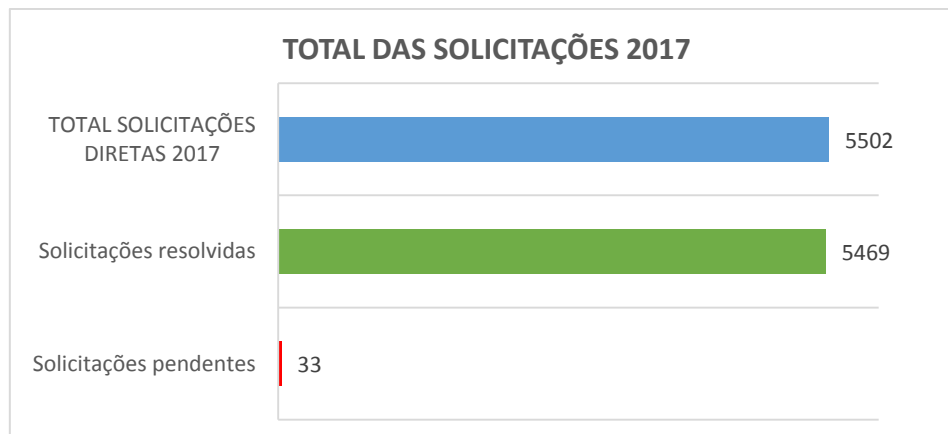


TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As atividades relativas a Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Infraestrutura e Redes e Operação e Suporte são de responsabilidade da Supervisão de Informática. No ano de 2017, foram registradas 5.502 solicitações diretas, ou seja, eventos relacionados à competência da Supervisão. Do total das solicitações diretas, 5.469 foram solucionadas e apenas 33 pendências causadas pela necessidade de substituição de equipamentos queimados ou defeituosos, o que representou um índice

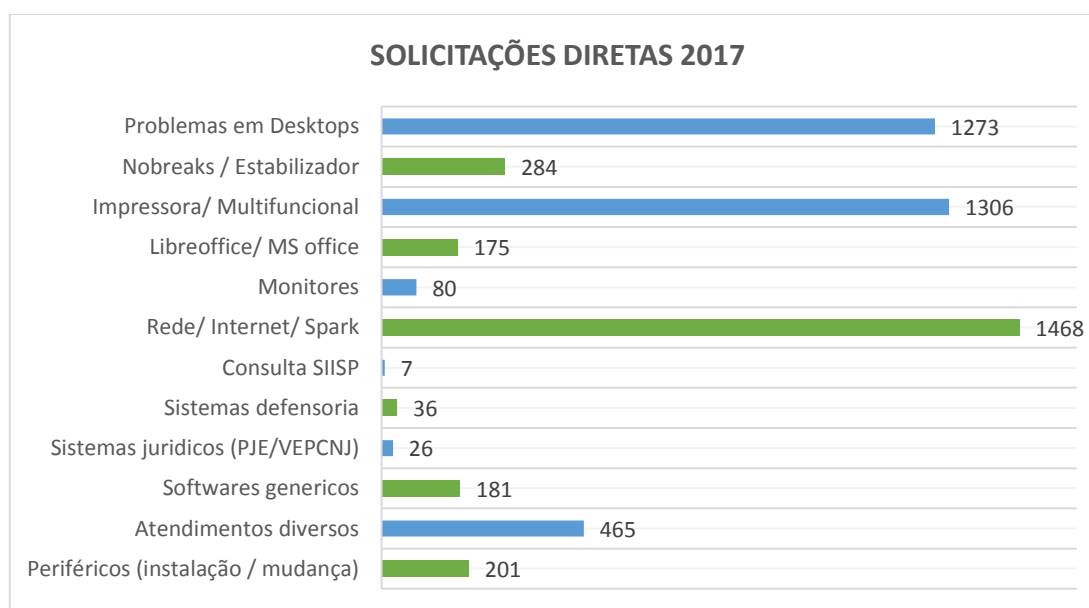


de 99,40% de resolubilidade. Por fim, ocorreram 69 manutenções preventivas incluindo sede e núcleos regionais.



Sobre a inclusão de equipamentos novos nas inaugurações dos Núcleos Regionais de Presidente Dutra e Balsas foram destinados 15 novos equipamentos e 10 para reestruturação/reinauguração do Núcleo Regional de Timon e Núcleo Regional de Bacabal.

Um ponto a destacar, versa sobre a migração/ instalação de 40 links de internet, anteriormente com 1Mbps pertencentes a operadora OI, para links de 10Mbps à 60Mbps pertencentes a operadora WIKITELECOM. Esse feito possibilitou agilidade no atendimento e maior precisão nas informações uma vez que o ganho de velocidade melhorou a qualidade no acesso aos sistemas próprios da Defensoria (SAGAP e SIAPD), Processo Judicial eletrônico (PJe), Vara de Execução Penal – CNJ (VEPCNJ) e o Sistema de Inteligência, Informação e Segurança Prisional (SIISP).





ATIVIDADES FINALÍSTICAS

CENTRO INTEGRADO DE APOIO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA – CIAPVI

A população idosa no Brasil vem crescendo de forma acelerada e no Maranhão, segundo o PNAD 2017 tem 827.000 pessoas com mais de 60 anos. A sociedade não tem se preparado para esse envelhecimento e isso vem trazendo consequências principalmente para os idosos que vão perdendo seu status social, diminuindo sua participação na vida familiar e na sociedade muitas vezes se tornando frágeis, vulneráveis e passíveis de se tornarem vítimas da violência.

“O aumento do número de velhos no Brasil, até pouco tempo considerado um país de jovens, começa a dar lugar a uma realidade diferente e traz a consciência de que a velhice existe e é uma questão social que pede uma atenção muito grande” (Zimmerman, 2000).

O Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa, núcleo desta Defensoria Pública, na perspectiva de cumprir sua missão buscou ao longo do ano de 2017 não só atender as pessoas idosas já vitimizadas pela violência, mas principalmente buscar parcerias junto à comunidade onde essas pessoas estão inseridas na perspectiva de disseminar uma cultura de respeito aos cidadãos mais velhos, e um novo olhar sobre o envelhecer contribuindo para a diminuição desses índices de violações e desrespeito.

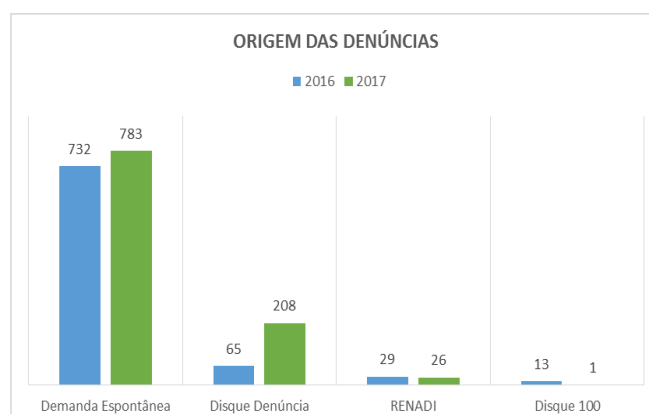
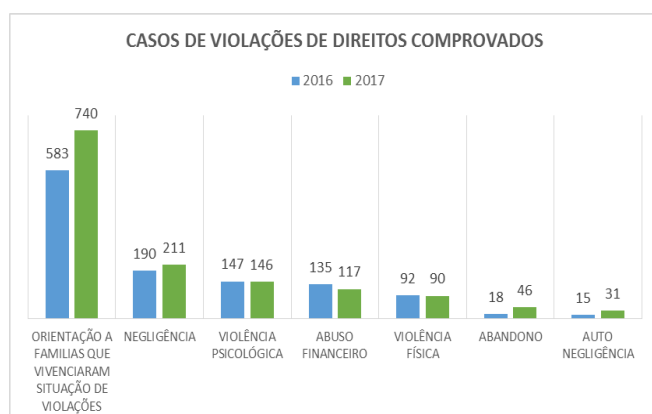
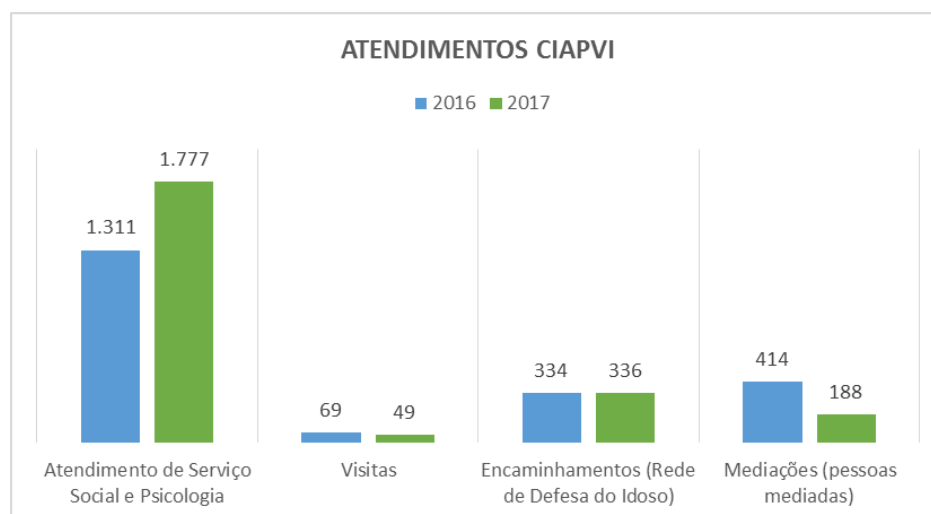
Este relatório vem demonstrar a dinâmica do atendimento deste núcleo através dos números de atendidos e das atividades desenvolvidas que na sua grande maioria foram realizadas em parceria com instituições governamentais e não governamentais que compõem a Rede Nacional de Defesa da Pessoa Idosa – RENADI - MA.

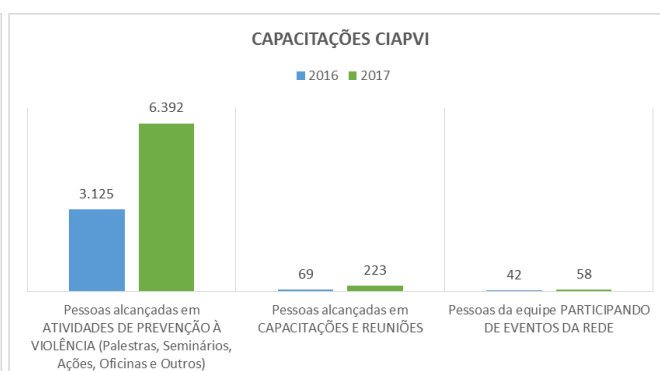
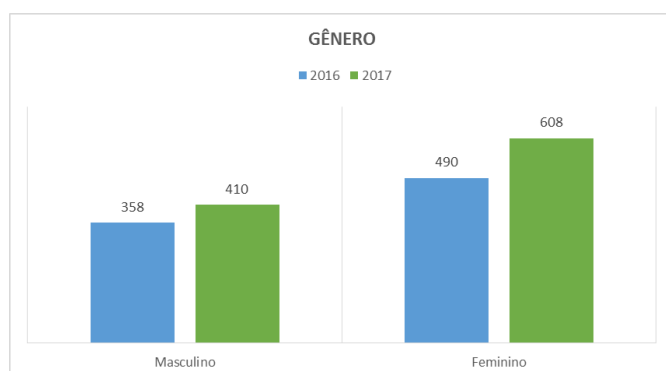
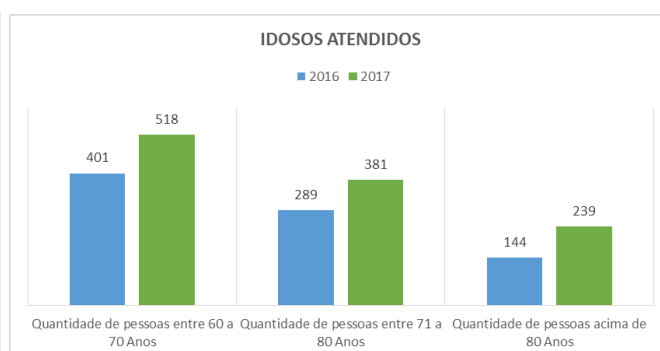
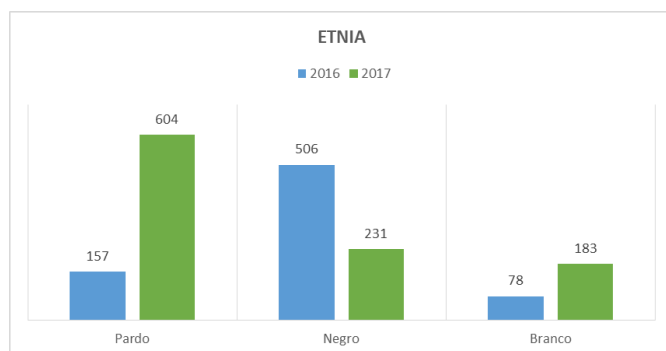
O CIAPVI enquanto espaço de defesa do idoso tem se estabelecido como um desafio de uma prática inovadora em Direitos Humanos de grande alcance junto ao segmento idoso no Estado do Maranhão possibilitando a resolução de casos de violações de direitos, evitando uma longa espera na justiça. Vem ainda dispensando ao idoso que procura a Defensoria, um atendimento humanizado feito por uma equipe multiprofissional que prima sempre por uma escuta qualificada analisado de maneira específica cada situação, na perspectiva de não automatizar ou mesmo naturalizar as demandas de violência que os usuários trazem, mas construir com este um caminho que enseje mudanças e qualidade de vida.



A mudança de uma cultura de violência para não violência, perpassa pela conscientização do idoso, da família e da comunidade sobre os limites e possibilidades do envelhecimento, de um novo olhar para os velhos de nossa sociedade e para isso o CIAPVI trabalha na perspectiva de desconstruir a imagem negativa do velho arraigada por décadas por meio de ações de prevenção.

A seguir, apresenta-se os resultados obtidos em 2017 e um comparativo com o ano de 2016. É importante destacar que houve um significativo aumento na ordem de 35,54%, nos Atendimentos de Serviço Social e Psicologia. Com relação aos casos de violações de direitos, sobressai novamente em 2017, a orientação às famílias que vivenciaram situações de violações, apresentando 62,71% de total 1.180 casos e comparado com o ano anterior cresceu em 157 ocorrências.

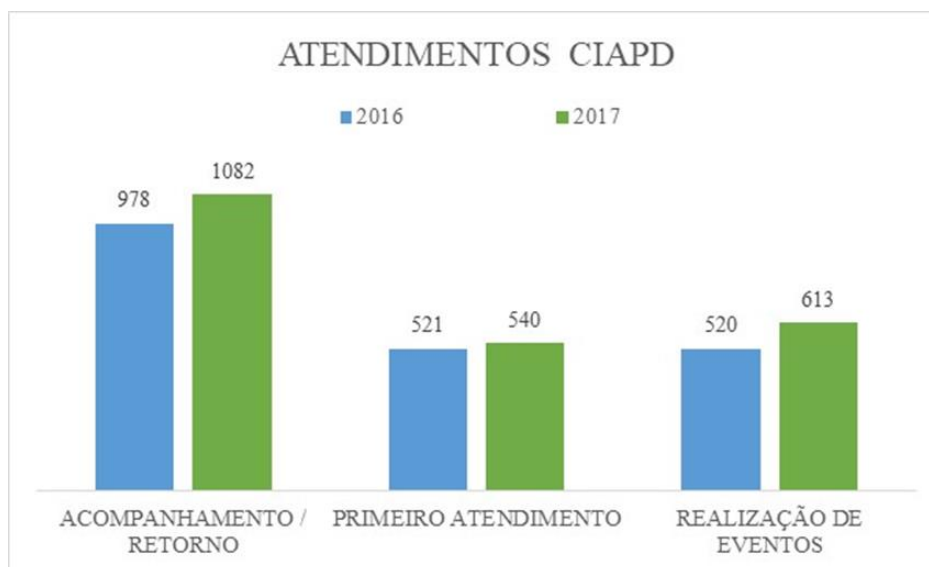




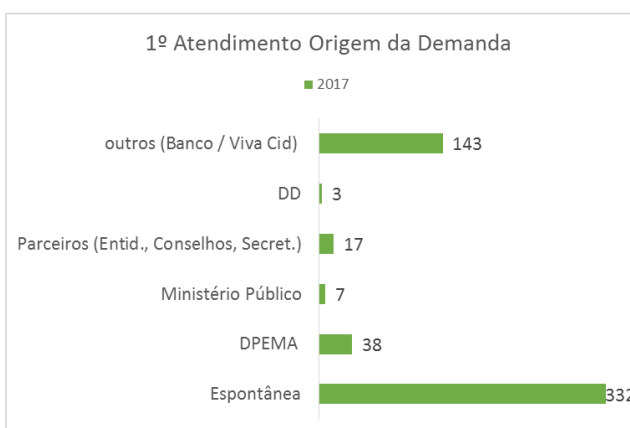
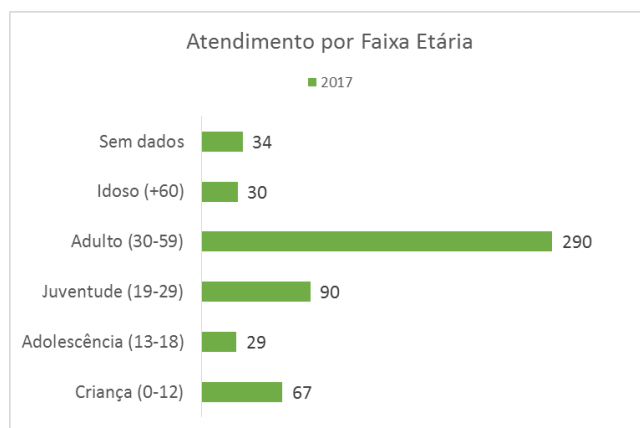
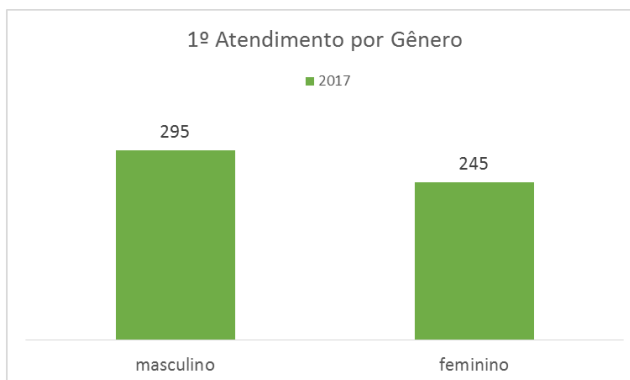
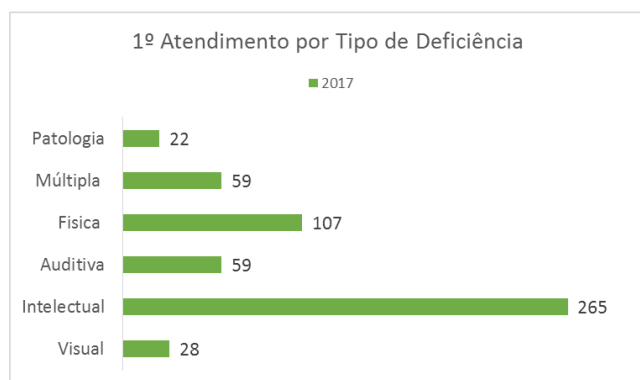
CENTRO INTEGRADO DE APOIO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

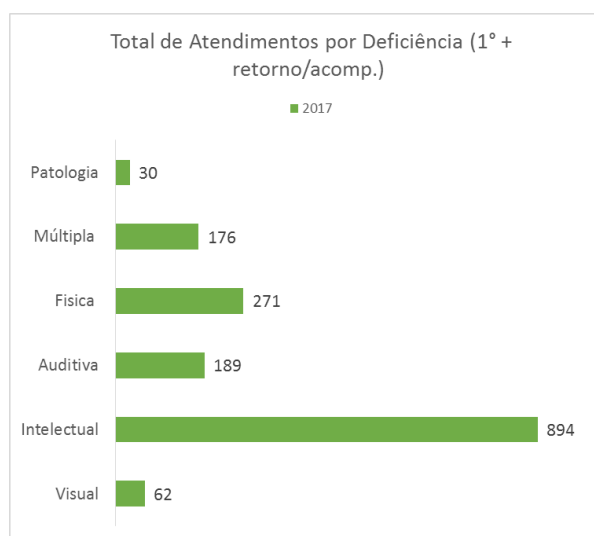
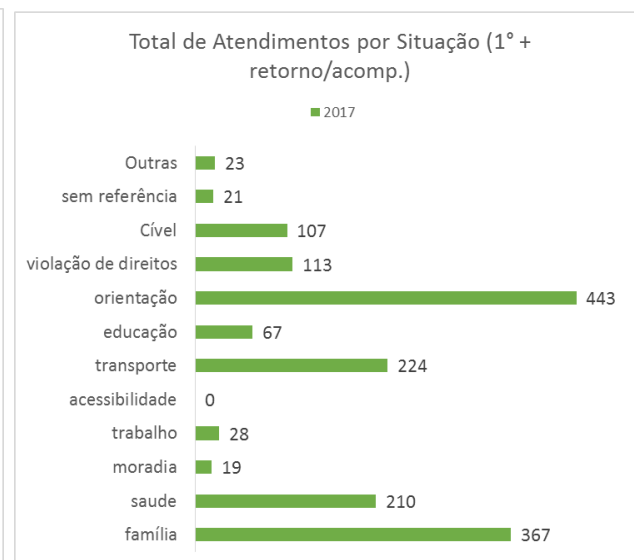
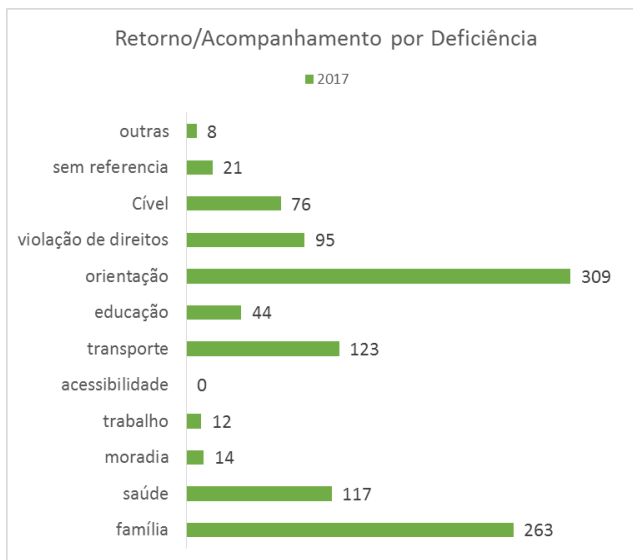
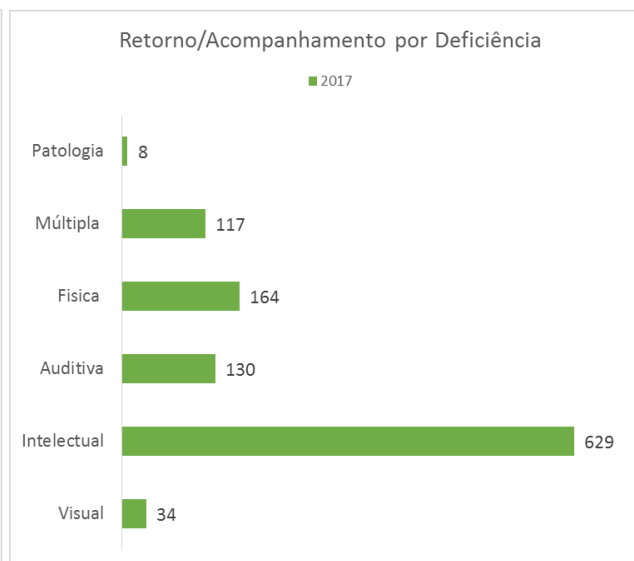
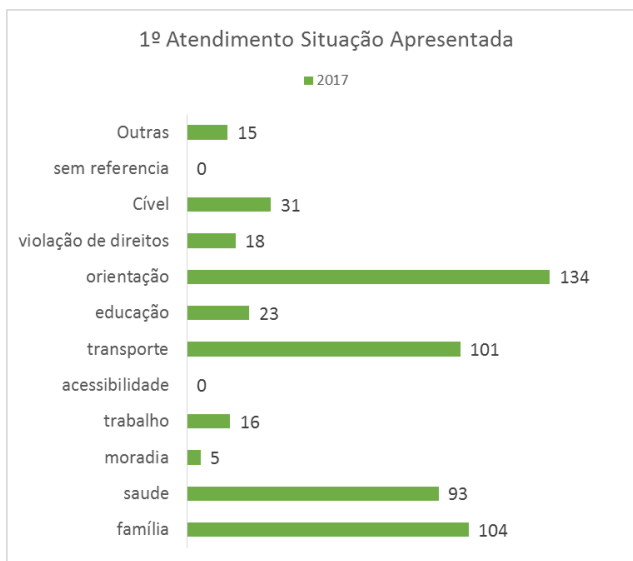
Dando continuidade ao projeto de crescimento institucional, foi criado no ano de 2013, o Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (CIAPD), responsável pelo acompanhamento psicossocial de casos envolvendo violação de direitos de pessoas com deficiência. No ranking dos atendimentos, as demandas envolvendo pessoas com deficiência intelectual foram as mais notificadas pela Defensoria Pública, seguida das deficiências física, visual, auditiva e múltipla, tendo ainda as pessoas adultas do sexo masculino como os beneficiários mais comuns.

Ainda no ano de 2017 a Defensoria Pública do Estado, por meio do CIAPD, realizou 2.335 atendimentos, conforme quadro abaixo, na ocasião o órgão em epígrafe buscou atuar como catalisador de necessidades das pessoas com deficiência, ser uma ligação entre a sociedade civil e o poder público, zelar pela efetiva implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa com deficiência, além de formular diretrizes e promover planos, políticas e programas junto aos segmentos da administração estadual para garantir os direitos e a integração do segmento.



A seguir o detalhamento dos números referentes ao exercício de 2017.





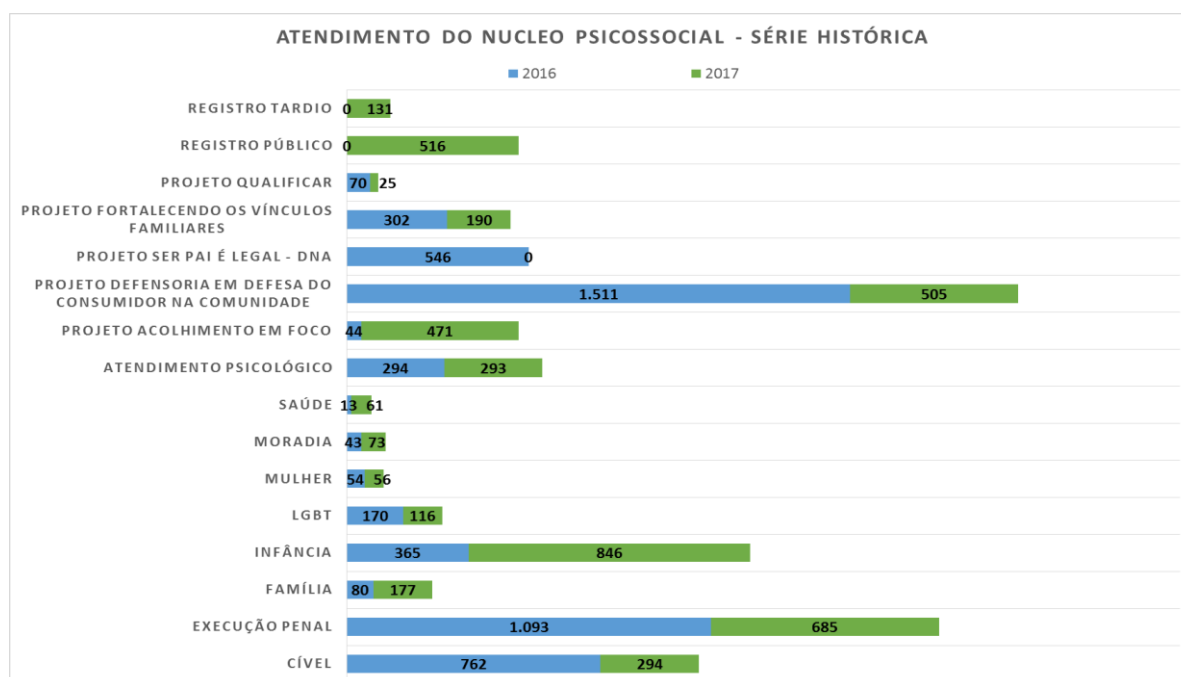


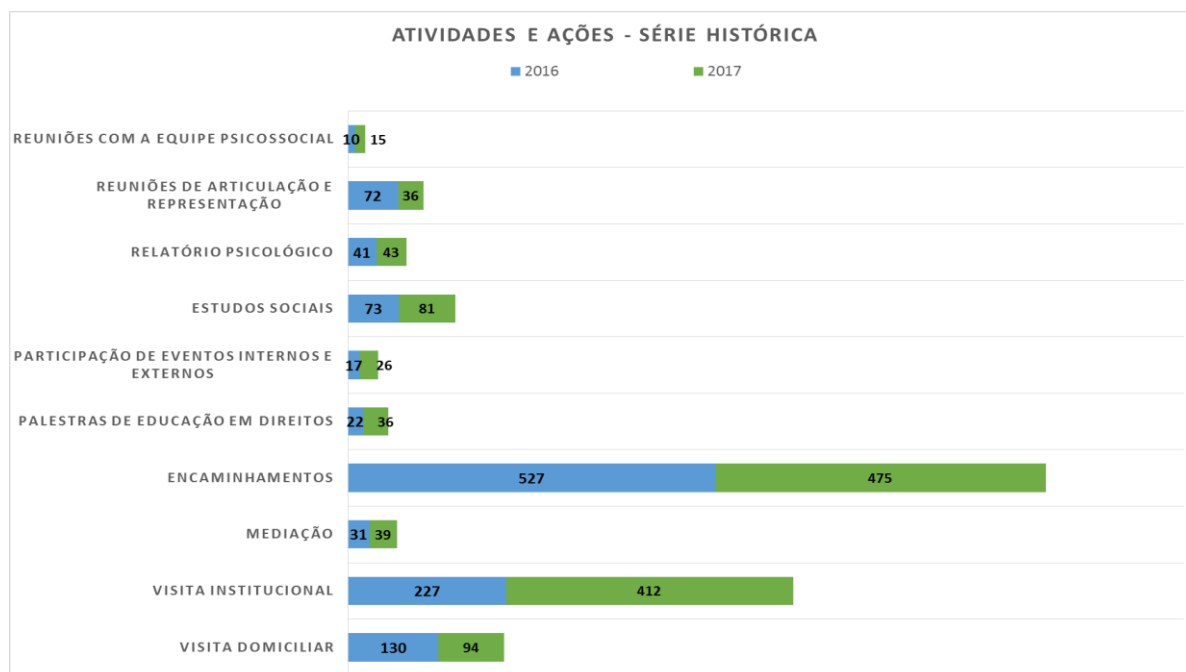
NÚCLEO PSICOSSOCIAL

O Núcleo Psicossocial da Defensoria, composto por psicólogas e assistentes sociais, que tem prestado apoio fundamental à atuação dos Defensores Públicos, tanto na elaboração de pareceres e estudos sociais, quanto na articulação com os poderes públicos e a sociedade civil organizada. O Núcleo Psicossocial trabalha diariamente objetivando atender todas as demandas apresentadas através de atendimentos diretos aos usuários e subsidiando ações judiciais promovidas pelos Defensores Públicos por meio de estudos sociais e relatórios informativos.

Além disso, o Psicossocial apoia os serviços dos Núcleos de Atendimento à Família, Cível, de Defesa da Criança e do Adolescente, de Defesa Fundiária e Moradia, de Atendimento à Mulher e População LGBT, como também os projetos Acolhimento em Foco, o Defensoria na Comunidade e o Projeto Fortalecendo Vínculos Familiares tendo como objetivo fortalecer os vínculos familiares de internos do sistema de justiça e seus familiares na ilha de São Luís.

Os resultados alcançados durante o ano de 2017, o Núcleo Psicossocial realizou 4.550 (quatro mil quinhentos e cinquenta) atendimentos apresentando uma queda de 14,90% se comparado ao ano anterior. No que se refere as atividades e ações próprias do Núcleo houve um aumento de 9,30%, saindo de 1.150 (mil, cento e cinquenta) para 1.257 (mil, duzentos e cinquenta e sete).





ATENDIMENTO JURÍDICO GRATUITO

Conforme Resolução nº 006 – CSDPEMA, de 25 de julho de 2014, cabe a Defensoria Pública promover assistência jurídica aos brasileiros ou estrangeiros, residente ou em trânsito no Estado, cuja ineficiência de recursos, comprovadamente, não lhe permita pagar as despesas do serviço de assistência jurídica, as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do sustento pessoal e de sua família, ou seja, àquelas pessoas que não tenham condições financeiras para pagar um advogado e que comprovem possuir renda mensal individual de até 03 salários mínimos ou pertencer a entidade familiar, cuja média da renda per capita mensal não ultrapasse a metade do valor de 03 salários mínimos.

Quando for constatado a existência de necessitados nas condições de violência doméstica, situação de risco, usuário de drogas e vítimas de racismo e tortura, essa assistência jurídica será prestada, independente de condição econômica.

Ao criar o modelo público de assistência jurídica, o Estado brasileiro passou a permitir que qualquer pessoa possa pleitear seus direitos, independentemente de sua condição financeira, sob a inspiração do princípio republicano da igualdade de todos perante a lei.



No Maranhão, segundo dados extraídos do livro “A política pública de assistência jurídica – A Defensoria Pública no Maranhão como reivindicação do campo democrático popular” (TERTO NETO, Ulisses, Curitiba: Juruá, 2010, p. 154) cerca de 57,72% (cinquenta e sete vírgula setenta e dois por cento) da população maranhense é potencial usuária dos serviços prestados pela Defensoria.

A exclusão legal da população carente do nosso Estado, impôs à Defensoria significativa ampliação do seu modelo de atuação. Ao lado do patrocínio jurisdicional, diversificaram-se o atendimento e a consulta jurídica para além da resolução judicial dos conflitos, na perspectiva da prevenção aos litígios, bem como da educação em direitos humanos.

O cidadão-usuário assim como a sociedade civil organizada tem a disposição vários canais para acessar informações e serviços da DPE/MA. Esse relacionamento pode ser feito por meio de Audiências Públicas e Rodas de Diálogos, Ouvidoria Externa, CRC – Disque 129, pelo site defensoria.ma.def.br e Portal da Transparência.

Dentre os produtos e serviços relacionados à atividade finalística da organização destacam-se:

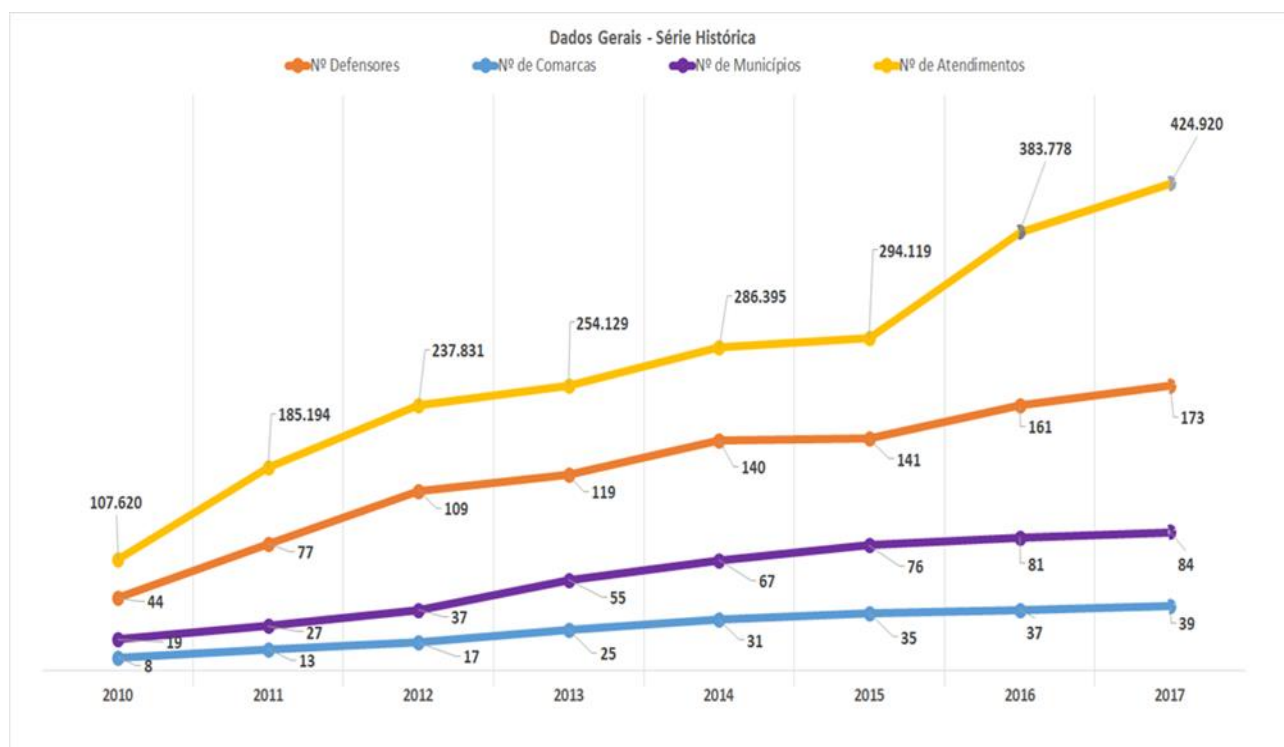
- ❖ Orientação Jurídica Inicial - 1º Atendimento;
- ❖ Agendamento Direto com o Defensor (somente nos casos de urgência e emergência);
- ❖ Orientação jurídica aos cidadãos;
- ❖ Agendamento eletrônico para atendimento com o Defensor (após orientação prévia);
- ❖ Informações sobre serviços oferecidos, endereços, telefones e horários de atendimento dos núcleos e unidades de atuação da Defensoria Pública do Estado do Maranhão;
- ❖ Informação sobre os processos judiciais em andamento;
- ❖ Informações sobre direitos aos usuários dos serviços;
- ❖ Atendimento psicológico e social individual e coletivo;
- ❖ Elaboração de relatórios, laudos, estudos e pareceres psicossociais da área de sua competência;
- ❖ Encaminhamentos a diversas Políticas Públicas;
- ❖ Mediação e conciliação de conflitos;
- ❖ Assistência aos grupos temáticos (área de atuação da DPE/MA) e suas famílias.



Sendo assim o presente relatório destaca abaixo a série histórica com os dados gerais sobre a expansão institucional e os atendimentos realizados ao longo de sete anos pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

Dados Gerais - Série Histórica

ASPECTOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº Defensores	44	77	109	119	140	141	161	173
Nº de Comarcas	8	13	17	25	31	35	37	39
Nº de Municípios	19	27	37	55	67	76	80	84
Nº de Atendimentos	107.620	185.194	237.831	254.129	286.395	294.119	383.413	424.920





INDICADORES DE GESTÃO

Entendendo a importância em mensurar o desempenho organizacional, a DPE/MA definiu um rol de indicadores que representam ou quantificam um insumo, um resultado, uma característica ou um processo, dos serviços prestados pela instituição como um todo. Tais indicadores permitem aferir a economicidade, eficiência e eficácia da gestão, levando em conta os resultados quantitativos e qualitativos do órgão.

A análise comparativa dos resultados físico-financeiros alcançados em 2017, em relação aos dois últimos exercícios, mostra claramente que a Defensoria Pública em sua série histórica vem evoluindo no número de atendimentos realizados. Esse fato se deve ao aumento na quantidade de defensores públicos, da ampliação dos Núcleos Regionais de Bacabal e Timon, e da inauguração dos Núcleos Regionais de Presidente Dutra e Balsas. Por outro lado, o percentual de interiorização e de abrangência, ao longo dos anos, vem sendo prejudicado por conta do orçamento autorizado para as despesas com capital estar muito abaixo do ideal e desta forma, inviabilizarem a implantação de mais Núcleos Regionais. Ressalta-se que esses indicadores foram criados para monitorar a expansão da Defensoria nas 116 Comarcas Judiciais existentes, e assim obedecer ao disposto na Emenda Constitucional 80/2014.

INDICADOR	META	MEMÓRIA DE CÁLCULO	RESULTADOS		
			2015	2016	2017
Quantidade total de ações relacionadas à assistência jurídica	2,5% de aumento em relação ao ano anterior	Somatório de todos os atendimentos presenciais, atendimento pela CRC e audiências	294.118 (3,0738%)	383.778 (30,4843%)	424.920 (10,6478%)
% Execução Orçamentária	Executar entre 95 a 100% do orçamento	Valor empenhado/ Orçamento Total	92%	97%	98%
Nível de satisfação do usuário dos serviços	Maior ou igual a 70%	Somatório % dos resultados EXCELENTE e BOM na tabulação anual da Pesquisa de Satisfação	-	78%	70%
Quantidade de comarca implantadas	16 núcleos por ano*	Comarcas implantadas no ano/ Total de Comarcas judiciais existentes (112)	9	2	2



% Interiorização institucional da DPE/MA	Crescimento de 13% ao ano*	Quantidade de Comarcas DPE instaladas no ano/ Quantidade total de comarcas judiciais existentes (112)	3,5714% (4 núcleos)	1,7857% (2 núcleos)	1,7857% (2 núcleos)
% Abrangência na atuação no Estado.	Crescimento de 13% ao ano*	Quantidade de municípios abrangidos pela DPE no ano/ Quantidade total de municípios maranhenses (217)	4,1475% (9 munic.)	1,8433% (4 munic.)	1,8433% (4 munic.)

* Os índices são cumulativos e reajustados anualmente para cumprimento da EC 80/2014 – “08 anos em todas as comarcas judiciais”

Percebe-se claramente que a Defensoria Pública em sua série histórica vem evoluindo no número de atendimentos realizados. Esse fato se deve ao cenário político-econômico do país, uma vez que há um aumento do número de desempregados (hipossuficientes), o que eleva o público alvo da Defensoria. Outro fator está na nomeação de novos defensores públicos, na ampliação dos Núcleos Regionais de Bacabal e Timon e da inauguração dos Núcleos Regionais de Presidente Dutra e Balsas. Por outro lado, o percentual de interiorização e de abrangência, ao longo dos anos, vem sendo prejudicado por conta do orçamento autorizado para as despesas com capital estar muito abaixo do necessário. Em 2017 o orçamento solicitado foi de R\$ 148.797.662,11 e autorizado somente R\$ 112.468.911,00 um corte de 24,41%, que acabou por inviabilizar a implantação de mais Núcleos Regionais no Estado. Ressalta-se que, a fim de obedecer ao disposto na Emenda Constitucional 80/2014, os três últimos indicadores da tabela acima foram criados para monitorar a expansão da Defensoria nas 112 Comarcas Judiciais existentes e suas metas apresentam valor acumulado desde 2014.

MEDIDAS ADOTADAS PARA O RETORNO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO ÓRGÃO, SE EXCEDENTE, AO RESPECTIVO LIMITE, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 23 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 (LRF)

Foi observado o limite legal para gastos com pessoal, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 10.292, de 04 de agosto de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº 10.405, de 30 de dezembro de 2015.



DILIGÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Não houve.

São Luís (MA), 23 de março de 2018

Werther de Moraes Lima Junior
Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão